

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Annie Meireles Resch

**MATTOSO CÂMARA JR. NA REVISTA LETRAS:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA E CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

Santa Maria, RS - Brasil

2019

Annie Meireles Resch

MATTOSO CÂMARA JR. NA REVISTA LETRAS: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA E
CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **mestre em Letras**.

Orientadora: Profa. Dra. Taís da Silva Martins

Resch, Annie Meireles
MATTOSO CÂMARA JR. NA REVISTA ACADÊMICA:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA E CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO / Annie Meireles Resch.- 2019.
95 p.; 30 cm

Orientador: Taís da Silva Martins
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2019


1. Mattoso Câmara 2. Conhecimento Linguístico 3.
Disciplinarização 4. Institucionalização I. da Silva
Martins, Taís II. Título.

Annie Meireles Resch

**MATTOSO CÂMARA JR. NA REVISTA ACADÊMICA: INSTITUCIONALIZAÇÃO
DA LINGUÍSTICA E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em 11 de fevereiro de 2019:



Taís da Silva Martins, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Caroline Mallmann Schneiders, Dra. (UFFS) – Videoconferência



Tatiana Keller, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS

2019

AGRADECIMENTOS

A minha família, que se configura especialmente em minha avó, minha mãe e meus tios. Foram vocês que me deram as possibilidades de conquistar o que conquistei e foram vocês que sempre estiveram do meu lado em qualquer circunstância, principalmente nos momentos difíceis.

Ao meu companheiro de vida Ricardo, o qual admiro imensamente. Obrigada por ser meu porto seguro, por toda paciência, carinho e amor que você me dá todos os dias.

Aos amigos que conheci ao longo destes anos, em especial a Laura que esteve comigo desde o primeiro dia da graduação e a Evelise minha companheira de PET. A trajetória para chegar até aqui não foi fácil, mas ter vocês comigo fez essa trajetória ser mais divertida.

A minha orientadora, por toda atenção, paciência e dedicação.

RESUMO

MATTOSO CÂMARA JR. NA REVISTA LETRAS: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

AUTORA: Annie Meireles Resch
ORIENTADORA: Taís da Silva Martins

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a história do conhecimento linguístico a partir das publicações de Joaquim Mattoso Câmara Jr. na revista acadêmica Letras da Universidade Federal do Paraná, trazendo à tona uma política institucional constitutiva do processo de institucionalização da linguística, por meio da compreensão do papel exercido pelo professor/autor. A proposta do trabalho é desenvolvida a partir de uma articulação das perspectivas teórico-metodológicas da História das Ideias Linguísticas em consonância com a Análise de Discurso de linha francesa. Nesse sentido, as condições de produção do *corpus* de pesquisa estão relacionadas com os períodos da gramatização propostos por Eduardo Guimarães em meados dos anos 1960, década em que a Linguística é imposta como disciplina obrigatória para os Cursos de Letras. Joaquim Mattoso Câmara Jr. foi um dos primeiros a contribuir com o conhecimento linguístico no início da institucionalização e da disciplinarização no país, divulgando e discutindo temas que até então não eram trabalhados com a devida importância. Desse modo, buscamos com base na análise de cinco artigos da revista acadêmica Letras refletir sobre os temas discutidos pelo autor para compreender como o conhecimento linguístico estava sendo produzido e divulgado naquele momento.

Palavras-chave: Conhecimento linguístico. Disciplinarização. Institucionalização. Mattoso Câmara.

ABSTRACT

MATTOSO CÂMARA JR. IN MAGAZINE LETTERS: INSTITUTIONALIZATION OF LINGUISTICS AND CIRCULATION OF KNOWLEDGE

AUTHOR: Annie Meireles Resch
ADVISOR: Taís da Silva Martins

The present work has for objective to contemplate on the history of the linguistic knowledge starting from Joaquim's publications Mattoso Câmara Jr. in the magazine academic Letters of the Federal University of Paraná, bringing to the surface a constituent institutional politics of the process of institucionalização of the linguistics, through the understanding of the paper exercised by the teacher / author. The proposal of the work is developed starting from an articulation of the theoretical-methodological perspectives of the History of the Linguistic Ideas in consonance with the Analysis of Speech of French line. In that sense, the conditions of production of the research corpus are related with the the periods of the gramatização proposed by Eduardo Guimarães in the middle of the years 1960, decade in that the Linguistics is imposed as compulsory subject for the Courses of Letters. Joaquim Mattoso Câmara Jr. it was one of the first ones to contribute with the linguistic knowledge in the beginning of the institucionalização and of the disciplinarização in the country, publishing and discussing themes that until then were not worked with the due importance. This way, we looked for with base in the analysis of five goods of the magazine academic Letters to contemplate on the themes discussed by the author to understand as the linguistic knowledge was being produced and published on that moment

Keywords: Linguistic knowledge. Disciplinarization. Institutionalization. Mattoso Câmara.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Títulos dos artigos de Mattoso Câmara	53
Tabela 2- Recorte do artigo Língua e Cultura	78
Tabela 3- Classificação das línguas indígenas segundo Mattoso Câmara:	80
Tabela 4- Os estudos no presente e os estudos no passado por Mattoso Câmara.	86
Tabela 5- Artigos relacionados com as tarefas propostas por Aryon Rodrigues	86
Tabela 6- Artigos indiretamente relacionados com as tarefas propostas por Aryon Rodrigues	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do volume 4 da Revista Letras, 1955.	55
Figura 2 - Capa do volume 10, da Revista Letras, 1959.	59
Figura 3 - Capa do volume 11 da Revista Letras 1960.....	65
Figura 4 - Capa do volume 12 da Revista Letras, 1961.....	68
Figura 5 - Capa do volume 17 da Revista Letras, 1969.....	72
Figura 6- Aparecimento do nível superorgânico.....	77
Figura 7– A língua depende de toda a cultura, é uma parte dela, mas se conjuga dicotomicamente.....	77
Figura 8- Pesquisas nas Línguas Indígenas.....	80
Figura 9- Esclarecimento de Mattoso Câmara sobre os comentários da NGB.....	81
Figura 10- Opinião de Mattoso Câmara sobre a NGB.....	82
Figura 11- Atitude construtiva sobre a NGB.....	82
Figura 12- Importância sobre os gramáticos do passado.....	83
Figura 13- Opinião sobre João Ribeiro.....	84
Figura 14- Periodização como imprescindível.....	84
Figura 15- Divisão dos estudos linguísticos.....	86

Sumário

INTRODUÇÃO	10
PARTE 1 - EM BUSCA DE UM LUGAR TEÓRICO E ANALÍTICO	14
1.1 UM PERCURSO TEÓRICO: A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL	15
1.2 UM PERCURSO TEÓRICO E ANALÍTICO: PERCUSTANDO ALGUNS CONCEITOS DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	20
PARTE 2 - JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR. E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM NO BRASIL	29
2.1 VIDA E ATIVIDADES DOCENTES DE JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR	30
2.2 AS OBRAS DE MATTOSO CÂMARA	32
2.3 MATTOSO E A SUA RELAÇÃO COM A FILOLOGIA.....	36
2.4 MATTOSO E O ESTRUTURALISMO	38
PARTE 3 - O SABER LINGUÍSTICO INSTITUCIONALIZADO NAS REVISTAS ACADÊMICAS.....	41
3.1 REVISTA ACADÊMICA COMO PRODUTORA E DIVULGADORA DO SABER LINGUÍSTICO	43
3.2 A REVISTA LETRAS PARANÁ: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	45
3.3 MATTOSO CÂMARA JR. NA DISCIPLINARIZAÇÃO/INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL.....	49
3.4 JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR. E A AUTORIA NA REVISTA LETRAS DO PARANÁ.....	52
3.3 AS TAREFAS DA LINGUÍSTICA NO BRASIL: MATTOSO UM LINGUISTA POR EXCELÊNCIA?.....	73
3.3.1 Um olhar sobre o corpus	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

Um linguista, um gramático, um pesquisador, um professor, um estruturalista, um pioneiro, um inovador. O resultado da produção e da carreira de Joaquim Mattoso Câmara Jr. contribui até hoje para os estudos da linguagem e tem imensa importância no processo de institucionalização e legitimação da Linguística brasileira. Diversos autores consideram-no como uma figura multifacetada para o seu tempo. Mas o que é ser uma figura multifacetada para o seu tempo?

“Multifacetado”, no dicionário *Aurélio*, corresponde a um adjetivo para “algo formado por múltiplas faces; que possui muitos lados; multiface”. Um arquiteto, um bacharel em direito, um desenhista na Inspetoria de Águas e Esgotos, que, por fim, se dedica ao Magistério e aos estudos da linguagem merece esse título?

Com base em uma perspectiva estruturalista (primeiro a divulgar no Brasil e em Portugal) contrária aos discursos filológicos da época, Mattoso Câmara buscou uma ciência contrária à gramática tradicional, uma teoria linguística que buscava o estudo da linguagem em um plano universal, cujos princípios fossem aplicáveis a qualquer língua.

Mas se o leitor ainda não se convenceu dessa designação para Mattoso Câmara, recordemos que ele foi o pioneiro da Linguística Moderna no Brasil, na década de 1940, o primeiro professor de linguística em uma universidade brasileira – a Universidade do Distrito Federal –, foi linguista, tradutor, lexicógrafo e gramático. Seu discurso, sua forma de trabalho e suas preocupações teóricas contrastavam com o discurso vigente da época.

Com relação à sua carreira de professor, ela iniciou no magistério secundário em 1928, a partir de um concurso prestado para professor de português na Prefeitura do Distrito Federal. Deu aulas em escolas particulares, de português e de latim, em escolas do Rio de Janeiro, como também foi professor suplementar do Colégio Dom Pedro II. Dez anos depois, iniciou como professor no ensino universitário dando aulas de Linguística e de Latim na antiga universidade do Distrito Federal.

Publicou várias obras e artigos que contribuíram para o desenvolvimento da Linguística no Brasil. Dentre o seu extenso trabalho, a obra que teve maior divulgação e repercussão foi *Princípios de Linguística Geral*, cujos textos foram largamente utilizados no Brasil e em Portugal como introdutórios nas disciplinas de

Linguística. Podemos demonstrar o papel importante e inovador dessa obra no desenvolvimento dos estudos linguísticos a partir da seguinte afirmação de Uchôa (2004):

Pode-se dizer que a Linguística Geral ou Teórica, como prefiro denomina-la, é reconhecida como disciplina entre nós a partir dos **Princípios** de Mattoso Câmara e passa a integrar o currículo de um curso de Letras em 1948, quando ele se torna professor regente de Linguística na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil, docência que exerceu ininterruptamente até pouco antes de falecer (UCHÔA, 2004, p. 3, grifo nosso).

Mattoso Câmara dedicou boa parte de seu tempo ao estudo da fonologia do português, introduzindo no Brasil novas ideias fonológicas provenientes da Europa e da América do Norte. Em relação à morfologia, preocupou-se com as estruturas nominal e verbal, além da estilística. O resultado desse trabalho foi a publicação de dois livros: *Problemas de Linguística descritiva* (1969) e *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970).

O autor considerava o caráter social da Linguística, daí sua proximidade com a Antropologia. Por causa disso, em parte de seus estudos dedicou-se a investigar as línguas indígenas brasileiras compreendendo a língua como um produto/resultado da cultura (UCHOA, 2004).

Nesse sentido, diante da inegável importância de Mattoso Câmara para o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil, considerando sua extensa produção acadêmica e os inúmeros estudos¹, principalmente no âmbito da História das Ideias Linguísticas que visam dar visibilidade e reafirmar o legado de Mattoso Câmara para os estudos linguísticos brasileiros, buscamos trazer à tona uma política institucional constitutiva do processo de disciplinarização e institucionalização da Linguística, por meio da compreensão do papel desempenhado pelo professor/autor Joaquim Mattoso Câmara Jr. a partir de artigos publicados em revistas acadêmicas. Ao deslocarmos nosso olhar para a produção científica de Mattoso Câmara em revistas acadêmicas, especificamente na Revista Letras da Universidade do Paraná,

¹ Dentre seus inúmeros trabalhos destacamos alguns: *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa* (tese apresentada à faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil para a livre docência em 1952); *Para o estudo da fonêmica portuguesa* (obteve o grau de doutor em Letras com este trabalho); Tradução da obra de Edward Sapir- *A linguagem*. Introdução ao estudo da fala, publicado em 1954; Tradução do artigo de Joseph Greenberg (Sobre a natureza e o uso de tipologias linguísticas), publicado em 1958; dentre outros.

trazemos ao cerne de nossa pesquisa o papel das revistas acadêmicas na circulação do conhecimento linguístico.

Para nós, na institucionalização e na circulação dos estudos linguísticos no Brasil, a figura de Joaquim Mattoso Câmara Jr. é decisiva. Na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, no entremeio com a História das Ideias Linguísticas, propomo-nos, a partir de um olhar retrospectivo, identificar quais são os temas trabalhados pelo autor na materialidade de nosso *corpus*. Após identificar os temas, em um segundo momento, buscamos compreender a ressonância desses temas no processo de disciplinarização e institucionalização dos estudos linguísticos.

O *corpus* de nossa análise é constituído por edições da Revista Letras, da Universidade Federal do Paraná, publicadas em duas décadas durante o processo de legitimação da Linguística como disciplina, nos anos de 1950 e de 1960. No total, foram analisados cinco artigos publicados em anos diferentes e que apresentam temáticas variadas.

Consideramos importante refletir sobre as publicações em revistas acadêmicas, pois, para nós, assim como a gramática e o dicionário, a revista é um importante meio de circulação do conhecimento linguístico, na qual “os dizeres são como se mostram”, de modo que os meios para isso nunca são neutros (ORLANDI, 2001, p. 11-12).

Para compreender a revista acadêmica como produtora de sentidos, foi necessário refletir sobre as condições de produção dos textos e investigar quais são as referências bibliográficas utilizadas nas publicações autorais de Joaquim Mattoso Câmara Jr.

Segundo Guimarães (2004, p. 11), é preciso considerar “uma análise das obras específicas pertinentes às instituições em que este saber se constitui e os acontecimentos que, nestas instituições, catalisam aspectos específicos da produção deste saber”. Desse modo, é de suma importância neste trabalho a relação entre a produção do saber linguístico (o que Mattoso Câmara estava trabalhando nos textos) com a instituição em que é veiculada as publicações, que no caso é a Universidade do Paraná. Para traçar um percurso histórico discursivo, este trabalho divide-se em três partes.

A primeira parte do trabalho é dedicada à revisão teórico-metodológica a partir da articulação entre a Análise de Discurso de linha francesa e a História das

Ideias Linguísticas. Algumas noções caras à nossa pesquisa são mobilizadas, tais como: arquivo, autoria, interpretação e condições de produção.

Nesta perspectiva, inicialmente apresentamos como a História das Ideias historiciza-se no Brasil, sob o aporte teórico de Sylvain Auroux, Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, para, em um segundo momento, direcionar o estudo para a história da Análise do Discurso de linha francesa e para como um analista do discurso trabalha.

Na segunda parte, levantamos alguns aspectos fundamentais da vida de Mattoso Câmara, tais como sua carreira, suas obras, sua relação com a filologia e também sua filiação teórica com o estruturalismo.

Na terceira parte, *Revista acadêmica como produtora e divulgadora de sentidos*, são considerados aspectos de como as revistas científicas surgem e como acontece a divulgação do saber. Já no subtítulo, *Revista Letras: condições de produção*, buscamos investigar como acontece a fundação da revista e são mobilizados alguns conceitos da Análise do Discurso com o objetivo de refletir sobre as condições de produção da *Revista Letras Paraná*.

Cabe ressaltar que compreendemos a *Revista Letras do Paraná* como uma materialidade que pode ajudar-nos a entender o processo de circulação e divulgação do conhecimento linguístico em um momento em que a Linguística ainda não era legitimada como disciplina.

Na sequência, a partir da autoria de Joaquim Mattoso Câmara Jr. na *Revista Letras do Paraná* foi necessário refletir sobre o processo de disciplinarização/institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil. Além de traçar um percurso histórico sobre a disciplinarização/institucionalização dos estudos da linguagem no Brasil, nossa análise propôs relacionar os artigos publicados por Mattoso Câmara na *Revista Letras do Paraná* com o artigo “*As tarefas da Linguística no Brasil*”, de autoria de Aryon Rodrigues².

Desse modo, para fins de justificativa, a escolha da *Revista Letras Paraná* como *corpus* de análise deve-se à necessidade de compreender o processo de institucionalização da Linguística no Brasil e o processo de legitimação da Linguística como disciplina, através, desse conhecimento linguístico veiculado em uma revista acadêmica, com suas condições de produção bem definidas.

² Essa relação entre os dois autores é uma questão metodológica, somente para fins de análise dos artigos publicados por Mattoso Câmara.

PARTE 1 - EM BUSCA DE UM LUGAR TEÓRICO E ANALÍTICO

A perspectiva teórica norteadora deste trabalho busca uma articulação entre duas teorias: a Análise de Discurso de linha francesa e a História das Ideias Linguísticas. Segundo Nunes (2007, p. 3), “há uma produtividade específica quando a AD se relaciona com a HIL”.

Entendemos que a Análise de Discurso propõe um deslocamento necessário na distinção entre história e historicidade que é um marco para a História das Ideias Linguísticas. No século XIX, a noção de história relacionada à língua correspondia a uma dimensão temporal (cronologia, evolução). Assim como Orlandi (2007), compreendemos que com a fundação da Linguística, com as ideias de Ferdinand de Saussure e com a noção de língua como sistema, essa noção de história não é permitida e outras noções surgem, como, por exemplo, a *pancronia*, para tratar da relação temporal. Entretanto, essas noções sempre colocam a história como algo exterior, complementar.

Quem faz história das Ideias não está preocupado com a historiografia, ou seja, não está preocupado com o estudo e com a descrição da história, mas sim com a história do pensamento sobre a linguagem, ou seja, está preocupando em pensar sobre a ciência da linguagem como destaca Orlandi (2001) na citação a seguir:

Nós fazemos história das ideias linguísticas e não historiografia. Essa é uma diferença com consequências importantes. Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição de estudiosos especialistas em linguagem (ORLANDI, 2001, p. 16).

Em consonância com Orlandi, entendemos que, a partir da Análise de Discurso, surge a noção de historicidade considerando a história como uma temporalidade interna, constitutiva da produção de sentidos. Trabalhar com a historicidade é trabalhar o processo e não o resultado, os possíveis sentidos do discurso, ou seja, como, ao elaborar um discurso, produz-se sentidos.

Segundo Nunes (2008, p. 109), “A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção”.

A Análise de Discurso trabalha com a materialidade da linguagem, considerando o linguístico e o histórico como indissociáveis no processo de produção do sujeito, do discurso e dos sentidos. Nesse sentido, o sujeito é lugar de significação historicamente constituído. Os discursos são efeitos de sentidos entre locutores e a interpretação leva em consideração tanto o real quanto a exterioridade.

1.1 UM PERCURSO TEÓRICO: A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

A história das ideias linguísticas (HIL) é fundada em 1980 no Brasil, a partir de projetos desenvolvidos na Universidade Estadual de Campinas em colaboração com a Universidade Paris 7, da França. O grupo de estudiosos que deu início às investigações acadêmicas em HIL no Brasil é coordenado pela eminente professora e pesquisadora Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi, e permite uma compreensão sobre como o saber linguístico se desenvolveu durante o tempo. Dentre estes projetos, cabe destacar o “Discurso, Significação, Brasilidade”, que incluía em uma de suas linhas de trabalho a questão da língua e da brasilidade.

O corpus de análise deste projeto eram vários materiais como relatos de viajantes e missionários, gramáticas e outros artefatos produzidos pelos missionários e a partir deles buscava-se compreender a produção de discurso sobre língua...” deste projeto eram discursos de vários materiais, como: A partir daí se iniciam os estudos voltados para o histórico da Língua Portuguesa e a sua relação com as línguas indígenas, bem como os estudos sobre línguas de imigração.

Sylvain Auroux (1992), ao abordar o nascimento das metalinguagens, irá considerar três perspectivas para contar a história das ideias linguísticas: A primeira constitui-se pela ótica dos que visam a constituir uma base documental para a pesquisa empírica. A segunda perspectiva diz respeito àquelas que estão em continuidade com uma prática de conhecimento; e, por fim, há ainda as que têm papel fundador, ou seja, aquelas que se voltam para o passado com a finalidade de legitimar uma prática científica contemporânea. Nesta última visão sobre as possibilidades de contar a história das ideias linguísticas, Auroux (1992) defende que o ato de saber possui uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, e também um horizonte de projeção. Todo saber possui uma história que projeta um

futuro. Para o trabalho que aqui desenvolvemos, estamos voltando à história da Linguística.

Nesse sentido, a partir desses três princípios, Auroux (1992) coloca em questão a história dos saberes sobre a linguagem, conceituando o processo de gramatização com base em duas tecnologias do saber metalinguístico, sendo eles a gramática e o dicionário, os quais o autor compreende como instrumentos linguísticos.

Em contribuição com um grupo de pesquisadores, Orlandi (2002) determina uma quarta possibilidade para contar a história das ideias linguísticas: tomada pela posição da Análise do Discurso e pensando o conhecimento como um discurso, podemos situar-nos no ponto em que o sujeito desse conhecimento pode ser observado no seu horizonte de retrospectão e de projeção, visando, assim, não à reconstrução de uma história, mas ao processo pelo qual ela conta é contada.

Não existe memória sem saber e um saber sem passado como podemos observar no trecho a seguir:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência, ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 1992, p. 12).

Todo saber tem um passado, por isso é necessário o movimento de retrospectão. Nesse sentido, é necessário o movimento de retornar ao passado, pois todo saber possui uma história, uma memória. Enquanto Orlandi (2002) determina quatro iniciativas para contar a história do conhecimento linguístico, Eduardo Guimarães também faz esse movimento de retornar ao passado, propondo a periodização em quatro momentos nos estudos da Língua Portuguesa (LP) no Brasil.

Na publicação Relatos nº 01, data de agosto de 1994, Eduardo Guimarães apresenta uma sinopse dos estudos da Língua Portuguesa no Brasil. A partir de uma posição historiográfica sobre a gramatização a LP, demarca quatro períodos considerando fatos de ordens política e institucional que são essenciais para a compreensão do histórico da LP e para nosso trabalho. ³

³Disponível em: https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html

O primeiro período inicia-se na colonização e vai até a expulsão dos holandeses, no início da segunda metade do século XVII (1500-1654). Esse período caracteriza-se pela ausência de estudos sobre a língua portuguesa no Brasil, acontece, nos anos finais do referido período, a Independência do Brasil e a entrada do país nas ideias românticas, o que irá repercutir diretamente no século XIX em manifestações de uma tomada de posição quanto à especificidade da língua do Brasil.

O período subsequente compreende a segunda metade do século XIX e se encerra com a chegada da família real portuguesa no Brasil (1654-1808). Em tal momento a figura de Marquês de Pombal é essencial devido ao fato de que ele proíbe o ensino de línguas indígenas nas escolas jesuítas e torna obrigatório o ensino da LP. O período em questão é marcado por duas polêmicas: a primeira, em relação a José de Alencar e a Pinheiro Chagas, e a segunda em relação a Carlos de Laet e ao escritor Camilo Castelo Branco.

O motivo da primeira polêmica se dá em função das críticas que surgem em relação à linguagem empregada por José de Alencar, que defendia, a partir de sua literatura, uma linguagem literária própria, que incorporasse os aspectos históricos, culturais e sociais do Brasil, numa tentativa de constituir um estilo que valorizasse a língua portuguesa “abrasileirada”, buscando a valorização de um imaginário brasileiro. Dois anos após o lançamento de *Iracema*, Pinheiro Chagas, crítico português publica o livro “*Novos ensaios críticos*”, dedicando um capítulo a José de Alencar focando na *Lenda do Ceará*.⁴ Nesse livro, a crítica de Pinheiro tem como foco a linguagem utilizada por José de Alencar.

Além disso, podemos caracterizar o período pelas publicações “*Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*”, de Brás Costa Rubim em 1857, “*Estudos Filológicos*”, de João Ribeiro em 1884, as primeiras gramáticas brasileiras, como a de Júlio Ribeiro em 1881, o estabelecimento do novo Programa de Português para os exames preparatórios e a fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897.

⁴ Excerto da obra: Não; esse não é o defeito que me parece dever notar-se na *Iracema*; o defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato. (p. 221)

O terceiro período inicia no final dos anos 1930 e vai até meados da década de 1960 e é marcado por acontecimentos importantes como o estabelecimento da Linguística como disciplina obrigatória nos Cursos de Letras do Brasil (1962), a criação do sistema nacional de pós-graduação (1969) e da Associação Brasileira de Linguística, bem como o surgimento da Linguística Moderna no Brasil.

Por fim, é no quarto período, de meados dos anos 1960 em diante, que a Linguística torna-se obrigatória como disciplina independente nos currículos mínimos dos cursos de Letras brasileiros e, ao mesmo tempo, são implantados os cursos de pós-graduação em linguística em alguns centros universitários do país, como a Universidade de São Paulo (1966) e Universidade Estadual de Campinas (1971).

Tendo em vista tais reflexões sobre os diferentes períodos dos estudos em linguística no Brasil e suas especificidades, destacamos a esquematização realizada por Guimarães. Por tal viés destacamos como central para nosso estudo o quarto período, em função de a Linguística se tornar disciplina obrigatória.

É o quarto período, que será o momento histórico ideológico de análise do nosso estudo.

Por fim, consideramos importante destacar as linhas de pesquisa que são desenvolvidas neste período que, de acordo com Guimarães (1996), são seis:

a) Os Trabalhos gramaticais (significativo número de estudos) de teses, artigos e livros que analisavam diversos aspectos do português a partir da perspectiva estrutural, funcional ou gerativa. Um conjunto desses trabalhos foi dedicado à análise da especificidade da Língua Portuguesa no Brasil;

b) Trabalhos de semântica, apesar de tal área do conhecimento linguístico só se desenvolver como disciplina e com continuidade a partir do quarto período;

c) Trabalhos de Sociolinguística, tanto a partir da linha laboviana variacionista, quanto em outras perspectivas como a interacionista, além de trabalhos que descrevem variantes regionais brasileiras, bem como a especificidade da Língua Portuguesa do Brasil;

d) Trabalhos de Linguística Histórica, os quais se desenvolveram a partir de diversas posições teóricas. Trabalhos realizados a partir da teoria da variação e da mudança a partir do ponto de vista gerativo e a partir do ponto de vista discursivo e enunciativo. Um ponto significativo é que entre esses trabalhos encontram-se vários que tratam das particularidades da Língua Portuguesa no Brasil;

e) Trabalhos em Análise de Discurso, com uma significativa produção de Análise de Discurso de linha francesa, bem como trabalhos inspirados em uma semiótica greimasiana. Incluem-se, também, nessa linha, os estudos sobre enunciação, além dos trabalhos de descrição do funcionamento discursivo próprio da discursividade do Brasil;

f) Trabalhos de pragmática, de análise da conversação e de linguística textual. Também nessa perspectiva são realizados estudos sobre a língua portuguesa no Brasil⁵.

Esse movimento de voltar ao passado, apresentando os quatro momentos da gramatização do português, proposto por Guimarães, é uma tentativa de demarcar o início da Linguística nas universidades para entendermos como se deu o seu processo de institucionalização.

Sob o aporte teórico da História das Ideias Linguísticas, podemos trabalhar com o pensamento anterior à disciplinarização, compreendendo como a linguagem estava sendo pensada naquela época e, também, refletir sobre como os trabalhos desenvolvidos na área contribuíram para a institucionalização e a legitimação da Linguística como disciplina. Como afirma Orlandi:

Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem (ORLANDI, 2001, p.16).

Em consonância com Orlandi e Guimarães, para refletirmos sobre as práticas científicas da Linguística, é necessário o movimento de retrospectão ao passado, para investigar as práticas no momento atual e para projetar um futuro a partir disso:

não se pode prescindir de pensar as práticas científicas das ciências da linguagem hoje sem considerá-las no processo da história das ideias linguísticas e das teorias sobre a linguagem. E ao mesmo tempo saber entender as especificidades destas práticas no momento atual (GUIMARÃES; ORLANDI, 2006, p. 07).

Desse modo, para compreendermos como o conhecimento linguístico estava sendo desenvolvido no período inicial, no momento em que a Linguística estava se estabelecendo como disciplina e como ciência, trabalharemos com os artigos publicados na revista acadêmica.

⁵ Cf. "Sinopse dos Estudos do Português", *Relatos*, 1, 1994, depois publicado em Guimarães (1996).

1.2 UM PERCURSO TEÓRICO E ANALÍTICO: PERCUSTANDO ALGUNS CONCEITOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise de Discurso surge nos anos 1960 e 1970 na França, sob a conjuntura intelectual do estruturalismo e designa um campo/disciplina que se constitui no entremeio entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Teoria do discurso, perpassada por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Assim como Orlandi (2007), compreendemos que a Análise de Discurso não é uma disciplina interdisciplinar, pois não há separação entre a linguagem e a exterioridade que lhe é constitutiva. A Análise de Discurso não abandona os saberes que a constitui, mas se faz na relação entre os campos criando uma ciência. Isso porque Michel Pêcheux (1938-1983), filósofo francês - considerado o fundador da Análise de Discurso Francesa - é influenciado por duas vertentes que são norteadoras de seu trabalho: de um lado a noção de ideologia, advinda dos textos teóricos de Althusser e, de outro, a noção de discurso que toma como referencial as ideias de Foucault.

No livro “Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio” (1988), considerado fundamental até hoje para estudar os princípios básicos da AD, Michel Pêcheux, influenciado diretamente pelos estudos de Karl Marx, Friedrich Engels e Althusser sobre as questões em torno do ideológico, busca uma teoria que explique o funcionamento do discurso pela ideologia. Para refletir sobre a obra e suas reflexões, consideramos necessário, previamente, explicar (ainda que de maneira geral) sobre as teorias dos filósofos citados para, em um segundo momento, adentrar propriamente no livro.

Karl Marx (1818-1883), filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário, ficou conhecido pelos livros “O manifesto comunista”, publicado em 1848, em parceria com Friedrich Engels, e “O capital”, publicado em 1867. O momento histórico que permeia a publicação das ideias de Marx e Engels é um período de significativas mudanças, pois, em 1848, a Europa estava em ebulição em relação ao engajamento social e, em 1850, dois anos após a publicação, acontece a 2ª Revolução Industrial.

Marx, em suas reflexões teóricas, intrinsecamente relacionadas ao materialismo histórico, propõe a interpretação da sociedade sob a perspectiva do aspecto material. Dessa forma, a teoria marxista considera pensar as relações

sociais a partir do determinismo econômico, ou melhor, compreende que a maneira como a sociedade produz (campo econômico) influencia diretamente o pensamento da sociedade (campo ideológico). O campo econômico é denominado então como Infraestrutura e o campo ideológico como Superestrutura.

Nesse sentido, a maneira como a sociedade se organiza (o Estado, a Religião, os comportamentos, de modo geral, e as instituições) é reflexo da estrutura econômica, o que conseqüentemente resulta em uma Meritocracia. A Meritocracia faz crer, por sua vez, que a pobreza e as desigualdades sociais não seriam culpa da estrutura em si, mas, sim, do fracasso individual.

Assim, a concepção material de Marx tem como objeto de estudo o modo de produção capitalista. A maneira que as desigualdades são provocadas (propriedades privadas), resultam diretamente na divisão da sociedade em classes sociais. De um lado, temos os proprietários dominando os meios de produção (burguesia) e, de outro, os dominados, que seriam os não proprietários, os quais vendem sua força de trabalho (proletariado). Essa divisão em classes resulta numa constante disputa que o autor considera a luta de classes. E é essa luta de classes que move a história. Cabe ressaltar que a luta de classes passa pelos aparelhos ideológicos do estado. Discutiremos, com base em Althusser, sobre essa consideração que será desenvolvida ao decorrer do texto.

Como funciona, então, a luta de classes? A luta de classes consiste na tentativa constante da burguesia de explorar o proletariado - enquanto ele, por sua vez, resiste. Todavia, essa luta, apesar de ser antagônica, é também complementar, pois não existe burguesia sem proletariado (e vice-versa). Além disso, em outro conceito, o filósofo intitula "*Mais Valia*" como a forma de exploração que diferencia o lucro da produção e a mais valia divide em duas: a absoluta e a relativa. A absoluta é quando o proprietário aumenta, por exemplo, o número de horas de trabalho do proletariado, mas não aumenta seu salário (aumenta a discrepância). Já a relativa diz respeito ao aumento de produtividade a partir de inovações tecnológicas, ou seja, aumento na produção e, conseqüentemente, no lucro do proprietário, sem divisão com o proletariado.

Dois conceitos estão diretamente relacionados com as formas de exploração: o exército de reserva e o de desemprego estrutural.

O *exército de reserva*, segundo Marx, caracteriza-se por uma massa de trabalhadores disponíveis (essencial para o capitalismo), como por exemplo se um

empregado não aceitar o aumento na carga horária vinculada à proposta de continuar com o mesmo salário, o proprietário não sai perdendo ao demitir esse empregado, pois muitos trabalhadores esperam pela “oportunidade” de venderem seu trabalho.

Já o *desemprego estrutural* é sustentado pela introdução de novas tecnologias, com o propósito de redução de custos, como por exemplo nos Estados Unidos que em muitos mercados e postos de gasolina, não há empregados trabalhando, pois, as máquinas substituíram seus trabalhos manuais.

Além disso, Marx discute sobre o conceito de *alienação* como a perda de consciência por parte do trabalhador, o qual está tão imerso no processo de alienação, que não se dá conta do discurso ideológico, proposto pela burguesia, que circula na sociedade. Tal processo de alienação é criado pela ideologia, que Marx considera como uma ilusão, uma mentira, para assegurar que os dominados se mantenham passivos e não se revoltam. Essa ilusão é impulsionada pelo que ele intitula como “Fetichismo da mercadoria”, o qual pode ser explicado como os discursos recorrentes na sociedade, como aquele que diz “trabalhe muito para conquistar uma casa própria, o carro do ano, ou um celular que seja de última geração”.

Por sua vez, Louis Althusser, no livro *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*⁶, publicado em 1970, propõe uma reflexão acerca do que os clássicos do marxismo apresentaram sobre o Estado. Segundo o autor, os marxistas apresentaram o Estado como uma realidade bem mais complexa na prática do que em comparação à definição proposta por eles na teoria marxista do Estado.

Todavia, apesar do reconhecimento dessa complexidade, uma teoria correspondente não foi proposta pelos marxistas, e Althusser, com o livro *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, busca uma tentativa de esboçar a teoria correspondente perante essa complexidade.

Como condição principal para avançar na teoria, Althusser propõe a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado. Além disso, apresenta uma nova realidade: os aparelhos ideológicos de Estado estão situados ao lado dos aparelhos de Estado, entretanto, não devem ser confundidos, pois são contraditórios.

⁶ Título original: *Ideologie et appareils ideologiques d'etat*

Nesse sentido, Althusser retoma a teoria marxista para explicar que os Aparelhos de Estado (AE) compreendem o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os tribunais, as prisões, etc. (aparelhos de Estado que funcionam pela violência). Dessa maneira, os designa como “Aparelho repressivo de Estado”.

O que atualiza a teoria marxista é a proposta de Althusser sobre o que compreende por Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Para explicar, o autor enuncia certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob forma de instituições distintas e especializadas: o AIE religioso (sistema das diferentes igrejas); o AIE familiar, o AIE escolar (sistema de diferentes escolas públicas e particulares, o AIE jurídico, o AIE político (sistema político que fazem parte diferentes partidos), o AIE sindical, o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc) e o AIE cultural (Letras, Belas Artes).

Após exemplificar no que consiste cada um, Althusser retoma a condição principal para avançar na teoria: a distinção. Enquanto há a existência de um AE, há uma pluralidade de AIE. Além disso, o aparelho de Estado pertence inteiramente ao domínio público, o que não acontece no Aparelho Ideológico de Estado, pois, em sua maioria, esses pertencem ao domínio privado (famílias, igrejas, partidos, sindicatos). Segundo Althusser (1970, p.46), “pouco importa que as instituições que os realizam sejam «públicas» ou «privadas». O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente «funcionar» como Aparelhos Ideológicos de Estado”.

Outra distinção apresentada por Althusser, considerada essencial por ele, é a diferença do funcionamento do Aparelho repressivo de Estado e dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Ora, qualquer Aparelho de Estado funciona simultaneamente pela violência e pela ideologia. O que de fato impede a confusão é que no Aparelho (repressivo) de Estado prevalece o funcionamento da violência, embora a ideologia esteja funcionando em segundo plano. Inversamente, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam prevalecendo a ideologia:

Se os AIE's funcionam de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na, ideologia dominante que é a da classe dominante (ALTHUSSER, 1970, p.48).

Por fim, Althusser considera que os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser o local da luta de classes, pois a classe dominante no poder não domina os AIE. Esse fato é importante em relação ao nosso trabalho, pois podemos refletir sobre o funcionamento da revista acadêmica a partir do AIE escolar (no caso as universidades).

Para este trabalho, estamos considerando a Universidade do Paraná como um Aparelho Ideológico de Estado

No livro *Semântica e discurso uma crítica à afirmação do óbvio* (1988), Pêcheux retoma a teoria de Althusser e a ideia de que os indivíduos são interpelados pela ideologia, todavia, acrescenta que o funcionamento da ideologia, assim como a interpelação do indivíduo em sujeito, acontece no e pelo discurso.

No capítulo III, intitulado *Discurso e Ideologia*, Pêcheux disserta sobre as condições de reprodução/transformação das relações de produção. Assim como Althusser, no início de seu texto *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1970), Pêcheux considera que a ideologia não é o único elemento do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma determinada formação social.

Além disso, sobre as condições de reprodução/ transformação, segundo Pêcheux (1988), há um caráter contraditório, pois, todo modo de produção se baseia em uma divisão de classes, ou seja, o princípio básico é a luta de classes. Dessa maneira, Pêcheux (1988) destaca que é errôneo considerar as condições a partir de pontos diferentes, de um lado o que contribui para a reprodução e de outro o que contribui para a transformação, pois a luta de classes atravessa o conjunto dos modos de produção. Nesse sentido, a luta de classes “passa” pelos aparelhos ideológicos de Estado.

Ao adotar o termo “aparelhos ideológicos de Estado”, proposto por Althusser, Pêcheux (p. 144) destaca alguns aspectos que considera relevante:

“1) A ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a “mentalidade” da época, os costumes do pensamento, etc.), que se imporia de maneira igual e homogênea à sociedade como espaço interior à luta de classes”

2) “É impossível atribuir a cada classe sua ideologia”, como se cada uma delas vivesse previamente a luta de classes;

3)Os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante;

4)Os aparelhos ideológicos de Estado não são meramente a simples reprodução das relações de produção existentes, mas constituem, de maneira simultânea e contraditória, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”.

Nesse sentido, com base nas leituras citadas, compreendemos que o estudo do discurso não cabe à Linguística, pois a interpelação linguística tem suas limitações, já que não explica o funcionamento do discurso. As regras formais da sintaxe não podem ser as mesmas consideradas para a semântica, pois é na prática da linguagem que a ideologia se materializa. Deste modo, os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem e pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes.

O sentido, segundo Pêcheux, tem um caráter material que é mascarado por uma evidência transparente, e esse caráter material depende das formações ideológicas. O sentido não existe em si mesmo, ele é determinado a partir das posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico. A partir disso, Pêcheux define formação discursiva como “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, p.160).

O discurso, então, é sempre uma prática ideológica, pois o sujeito significa a partir de um viés ideológico dominante. A ideologia e o inconsciente vão estar sempre materialmente ligados, pois, quando o sujeito pratica a linguagem, são apagadas as condições de produção e a sua relação com a exterioridade, como se os sentidos estivessem *já lá, nas* palavras. Todavia, é a ideologia que produz o efeito de evidência e o apagamento do processo de constituição porque ao estar inserido em uma determinada formação ideológica o sujeito, ao falar, não pensa automaticamente no sentido do que está falando. É por estar inserido em uma determinada formação ideológica que o sujeito, ao falar, não pensa automaticamente no sentido do que está falando.

Diante disso, o objeto da Análise do Discurso, não é a gramática, nem a língua, mas, sim, o discurso em movimento, a prática da linguagem. Orlandi (2007, p.11) coloca a questão da incompletude como constitutiva da linguagem e afirma

que tal incompletude está relacionada a algo que não se fecha, pois o dizer é aberto e o silêncio tem sentido contínuo, indistinto, sendo um horizonte possível de significação. Entretanto, mesmo havendo uma abertura da linguagem e uma abertura do simbólico, o discurso é regido. É pelo discurso que é possível compreender a relação entre linguagem, pensamento e mundo e este é regulado por uma memória:

O discurso não é a língua, nem a história, nem o texto, nem a voz o discurso é um processo regulado por uma memória (o interdiscurso), ao mesmo tempo em que se abre para o acontecimento. Sua materialidade é linguística e histórica, num só movimento. Nesse ponto o analista de discurso se afasta das análises de conteúdo, para as quais o discurso é o texto + história (BALDINI, 2005, p.36).

Com base nas leituras de Pêcheux, Karl Marx e Althusser, com vistas ao estudo da ideologia e sua relação constitutiva com o discurso compreendemos que todo discurso é constituído a partir de suas condições de produção, ou seja, as condições históricas e sociais determinam a interpelação de indivíduo em sujeito. A análise do discurso de Pêcheux foi além do estruturalismo:

A Análise do Discurso inspirada por Michel Pêcheux soube de modo ímpar extrair as consequências do ensino estruturalista, mas isso não basta para que uma disciplina possa se configurar. Ao definir o solo teórico da AD, Pêcheux foi além da lição estruturalista. Elegendo o Materialismo Histórico, a Teoria do Discurso e a Lingüística (campos estes atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, a bem dizer, lacaniana), Pêcheux e seu grupo de trabalho puderam conceber um projeto de estudos que se configurou na instauração de um novo objeto-de-conhecimento: o discurso (BALDINI, 2005, p. 35).

A Análise de Discurso trabalha com a materialidade da linguagem, considerando o linguístico e o histórico como indissociáveis no processo de produção do discurso e dos sentidos pelo sujeito. Nesse sentido, o sujeito é lugar de significação historicamente constituído. Entendemos como Pêcheux (1988), “o discurso como efeito de sentido entre locutores” e a interpretação leva em consideração tanto o real, como também a exterioridade.

Desse modo, o analista do discurso, que se difere do sujeito-leitor, apoiado no dispositivo teórico, deve trabalhar a opacidade da linguagem, compreender o funcionamento de seu objeto, considerando o que não está evidente e se baseando em aspectos do funcionamento da interpretação.

Para nosso estudo, três conceitos buscados do arsenal teórico e analítico da AD são centrais: Discurso, Autoria e Interpretação. O conceito de discurso é central, pois é a materialidade, o objeto de estudo da AD. O conceito de autoria se justifica pela delimitação do corpus: ao buscar compreender como a filiação teórica do sujeito influencia o processo de institucionalização e disciplinarização, é necessário dedicar-se à reflexão sobre o processo de autoria dos textos publicados. Por fim, o conceito de interpretação, considerada como gesto, é um ato simbólico e que sempre acontecerá em algum lugar da história e da sociedade, sendo movido por uma direção (política).

A Interpretação não pode ser considerada como a apreensão dos sentidos das palavras, ela está relacionada com processos que fogem do controle do sujeito e é a teoria da Análise do Discurso que propõe esta desautomatização da relação do sujeito com os sentidos. Além disso, a interpelação da ideologia sobre o sujeito não é algo consciente, mas, sim, um efeito da relação deste com a língua e com a história. A singularidade resulta do modo singular com que a ideologia o afeta.

O livro “Interpretação”, de autoria de Eni Orlandi, publicado em 1996, reserva um capítulo para abordar os conceitos de Autoria e Interpretação. Em tal capítulo, a autora procura compreender a questão ideológica que está inscrita na interpretação e, para isso, retoma as reflexões de Michel Pêcheux sobre a significação. Assim, de acordo com o apresentado na obra e com as reflexões pecheutianas, de um lado, temos a língua e, de outro, o interdiscurso.

Dessa maneira, para que a língua faça sentido, é necessária a intervenção da história, que repercute no equívoco, na ambiguidade, na opacidade. É visível o efeito de historicidade na função-autor, e esse somente é autor porque produz um lugar de interpretação. Podemos inferir, então, que a linguagem tem uma relação direta com a exterioridade, entendendo exterioridade não como algo que esteja fora, mas, sim, como as condições de produção do discurso.

Na tentativa de exemplificar como funciona a interpelação da ideologia no sujeito, pensemos em um sujeito que, no seu entendimento, acredita que está sendo imparcial (ou neutro) - na verdade ele não está sendo neutro, porque não existe imparcialidade. No seu ato de dizer, a ideologia que o perpassa age em seu inconsciente fazendo-o emitir determinada opinião e não outra, ou seja, a ideologia é constitutiva tanto do sujeito quanto do sentido, bem como da própria constituição do autor e do processo de interpretação.

Tendo trazido à baila tais reflexões sobre a teoria da Análise de Discurso e sua necessidade para o entendimento do que aqui propomos como estudo, voltamos então, às questões específicas do nosso objeto de análise. Ao refletir sobre a Universidade do Paraná como um Aparelho Ideológico de Estado, consideramos, em nosso trabalho, Mattoso Câmara como um sujeito que é afetado pela ideologia. Dessa feita, se o sujeito é afetado pela ideologia, é necessário buscar quais as condições de produção da escrita desses artigos pelo autor em questão.

Desse modo, para compreender as condições de produção, é necessário levar em consideração três formas: sujeito, a situação e a memória.

Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória (ORLANDI, 2000, p. 33).

Orlandi (1996) propõe pensar as condições de produção, enquanto noção teórica para a AD, em dois sentidos: um estrito e outro amplo. No sentido estrito, os analistas de discurso tratam do contexto imediato e, no sentido amplo, incluem o contexto sócio histórico, ideológico.

Para abordarmos a noção de sujeito na Análise do Discurso, precisamos definir o que estamos entendendo como discurso. Assim como Orlandi (1994), que, por sua vez, retoma os estudos fundadores pecheutianos, compreendemos o discurso como “efeito de sentido entre locutores”. Esse efeito de sentido mobiliza a linguagem em seu funcionamento e implica pensarmos na constituição de sujeitos e produção de sentidos.

Mas, ao pensarmos a questão sujeito e produção de sentidos, faz-se necessário refletirmos sobre o que é ideologia, pois não existe discurso sem sujeito, nem sujeito que não seja interpelado pela ideologia:

[...] podemos dizer que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. A ideologia, por sua vez, é a interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido de refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro [...] Há uma contradição entre mundo e linguagem e a ideologia é trabalho dessa contradição (ORLANDI, 2004, p. 31).

A subjetividade também está presente no discurso. É a partir daí que buscamos como a língua acontece no indivíduo e como a ideologia o interpela. Quando o sujeito se submete à língua, ele significa e se significa, por isso é no discurso que o indivíduo marca suas posições/ filiações teóricas.

PARTE 2 - JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR. E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM NO BRASIL

O século XIX é marcado pelo aparecimento de gramáticas escritas por autores brasileiros e por trabalhos considerados significativos e voltados para o conhecimento linguístico. Conforme a periodização proposta por Guimarães, em 1994, e apresentada na introdução do nosso estudo, estamos iniciando nossa análise a partir do terceiro período proposto pelo autor, que é quando o processo de institucionalização tem início.

Estamos em consonância com Ferreira (2009), compreendendo que, no século XIX, tanto a Gramática quanto a Filologia e a Linguística eram áreas do saber que podiam se recobrir, pois podiam designar estudos histórico-comparativos, fato que se modificou com o passar do tempo, pois esses três saberes científicos são tratados como distintos.

“A gramática é, portanto a ciência da linguagem, ou seja, a ciência dos signos do pensamento considerados em seus elementos, suas modificações e suas combinações” (BESCHERELLE et al. 1854, p. 21)⁷.

No que toca a questão do despontar dos cursos de letras em nosso país, no ano de 1934, em São Paulo foi criada a faculdade de Ciências e Letras (FFCL), concomitante à criação da Universidade de São Paulo. Um ano após tal evento (1935), foi criada, no Rio de Janeiro, a Universidade do Distrito Federal (UDF), que iniciou com diversas escolas dentre elas a de Filosofia e Letras, instituição na qual, segundo Ferreira (2009), Joaquim Mattoso Câmara Jr. foi estudante de filosofia e Letras, e depois assumiu um curso de Linguística (1938-1939) na mesma instituição.

⁷ A versão para o português é de Ana Cláudia Fernandes Ferreira (2009) retirada do livro: “*La grammaire est donc la science du langage, c’est-à-dire la science des signes de la pensée considérés dans leurs éléments, leurs modifications et leurs combinaisons*” .

Em 1939, a UDF foi fechada, e em 1950 Mattoso Câmara foi convidado para lecionar Linguística na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Além disso, Mattoso Câmara ajudou na fundação do Setor de Linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional.

2.1 VIDA E ATIVIDADES DOCENTES DE JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR

Para compreendermos a relação de Mattoso Câmara Jr. com a institucionalização e a disciplinarização da linguística, consideremos inicialmente alguns dados da biografia e da carreira acadêmica do autor. As informações biográficas consideradas em nosso estudo são baseadas nos livros “Dispersos” publicado em 2004, organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, e na obra “Para compreender Mattoso Câmara”, de autoria de Albertina Cunha e Maria Alice Azevedo Altgott.

De acordo com o referido pelos autores citados, em 1904, no Rio de Janeiro, filho do político e advogado Joaquim Mattoso Duque Estrada e D. Maria Paula de Castro Silva, nasce Joaquim Mattoso Câmara Jr. Mattoso inicia seus estudos em casa, sob supervisão de professores particulares e conclui seus estudos primários e secundários, submetendo-se, então, a exames do Colégio Pedro II. Jônatas Serrado, um de seus professores particulares, foi o principal incentivador, de relevante importância, ao orientar Mattoso na escrita de poesias e em traduções poéticas na Revista Social.

O hoje conhecido autor formou-se em 1927 no curso de Arquitetura, pela Escola Nacional de Belas Artes, e, em 1926, por meio de um concurso, conseguiu seu primeiro emprego como desenhista da Inspetoria de Águas e Esgotos aos 22 anos. No ano seguinte, Mattoso Câmara iniciou sua carreira como Professor do Ensino Profissional do Distrito Federal dando aulas de Português e Latim. Foi professor de várias escolas particulares do Rio de Janeiro, professor suplementar por alguns anos de Português no colégio Dom Pedro II, professor de expressão Oral e Escrita na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e professor de Português no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores:

Temos, então, um arquiteto, um desenhista, um professor. E as coisas seguirão assim, sem nenhuma decisão. Em 1932, Mattoso se forma em direito. Temos agora, também, um bacharel. Seria tentador afirmar aqui que

nosso linguista fundador não sabia muito bem o que fazer. Talvez seja este um traço dos fundadores: por não saberem o que fazer, ou por não se adaptarem aos fazeres disponíveis, acabam por inventar coisas novas (BALDINI, 2005, p.119).

No que se refere a sua formação como professor, Mattoso Câmara participou de cursos de aperfeiçoamento e especialização no Brasil e também fora do país, sendo reconhecido internacionalmente como bom aluno.

Durante o ano de 1934, Mattoso Câmara publicou suas *Pequenas Lições de Português* no Correio da Manhã, assinando apenas como “C”. No ano seguinte, publica simultaneamente as obras *Elementos do Português, Première Leçons de Français e Elements of English* para o ensino primário. Além disso, nesse mesmo ano, por meio de cartas abertas e jornais, insere-se na discussão sobre a nomeação do idioma nacional, passando então a assinar as publicações com seu nome completo, abandonando o anonimato.

Em 1937, além de traduzir a obra de Sapir, *A linguagem*, o autor participou como ouvinte do curso de Filologia Latina e Neolatina, ministrado por George Millardet na Universidade do Distrito Federal. Sua participação foi tão brilhante que, no ano seguinte, Millardet indica Mattoso Câmara como professor para a Universidade do Distrito Federal de Latim e Linguística. A tradução da obra de Sapir foi disponibilizada para o público somente em 1954, devido a problemas editoriais. Contudo, vale ressaltar que, já na década de 1930, Mattoso buscava oferecer uma visão ampla sobre a linguagem e as suas relações, em uma época em que a gramática condenava tal posição teórica.

No tocante ao ensino universitário, Mattoso Câmara iniciou suas atividades em 1938, todavia, no início de 1939 foi extinta a Universidade do Distrito Federal e inaugurada a Faculdade Nacional de Filosofia, que não incluía a Linguística como disciplina nos programas. Segundo Resch, Munekata e Martins (2018), Mattoso Câmara participou de diferentes cursos em 1943, na Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, graças a uma bolsa de estudos concedida pela Fundação Rockefeller. Nesse período, o autor estudou com grandes nomes da linguística mundial, como Jakobson. Dentre os cursos realizados estão os de Grego, Sânscrito, Línguas da África, Fonética Experimental, Geografia Linguística, Linguística Comparada e Linguística Geral. Além disso, durante essa temporada em Nova Iorque, Mattoso

dedicou boa parte do seu tempo a investigar leituras de autores como Jespersen, Bühler, Sapir e Jakobson.

Em 1948, Mattoso Câmara foi convidado para ser professor regente de Linguística na Faculdade Nacional de Filosofia e obtém o título de Doutor em Letras, em 1949, com a tese intitulada “*Para o estudo da fonêmica portuguesa*”.

O trabalho desempenhado no Museu nacional trouxe bases sólidas para o estudo das línguas indígenas Brasileiras. Durante esse tempo, promoveu cursos de treinamento para pesquisadores que resultaram no livro “*Introdução às línguas indígenas brasileiras*” e trabalhou com dados e classificação destas línguas. Ainda, Mattoso foi membro fundador da Academia Brasileira de Filologia, sócio correspondente da seção de Letras da Academia de Ciências de Lisboa, membro e conselheiro de várias associações de Linguística, Filologia e Antropologia e Fundador da Associação Brasileira de Linguística.

Lecionou no exterior como professor visitante em várias universidades, como Georgetown, Lisboa e Washington.

Além disso, são vários os relatos de seus alunos que evidenciam um professor com uma postura modelar: um olhar didático para os temas e uma oralidade pontual, que buscava transmitir tudo que sabia e sempre estava na busca do aprender mais. Com um acervo representativo, nunca deixou de ser exemplar na atividade docente.

Apesar do seu pioneirismo e de suas extensas publicações/ traduções, Mattoso Câmara nunca chegou à posição de professor Catedrático. Esse fato demonstra a resistência daquele tempo com o surgimento da disciplina de Linguística.

No dia cinco de fevereiro de 1970, aos 65 anos, falece o pioneiro do ensino regular e da linguística no Brasil.

2.2 AS OBRAS DE MATTOSO CÂMARA

A diversidade de temas e campos pelos quais Mattoso Câmara se interessou resultou em um acervo significativo de obras. Com o tempo, a Linguística avançou e

novos autores surgiram na área, todavia, Mattoso Câmara nunca deixou de ser estudado no Brasil e ainda é considerado uma das grandes referências para o estudo de linguagem sendo, inclusive, leitura obrigatória em vários cursos de graduação em Letras. Desse modo, buscamos apresentar brevemente suas obras principais e quais os temas discutidos abordados, para, então, ser possível estabelecer uma relação entre as obras, a constituição de uma nova ciência e a legitimação de uma nova disciplina.

O levantamento sobre as de Mattoso Câmara que aqui apresentamos está organizado, como já mencionado anteriormente, no livro *Dispersos*, de Carlos Eduardo Falcão Uchôa, publicado em 2004 e no livro “Para compreender Mattoso Câmara”, publicado no mesmo ano, de Albertina Cunha e Maria Alice Azevedo Altgott, os quais tomamos como norteadores para o que se segue.

Sua primeira obra, *Princípios de Linguística Geral*, é possivelmente o seu trabalho de maior destaque de Mattoso Câmara. Em tal obra o autor não revelou uma teoria original, mas demonstrou seu papel como um linguista atualizado e informado. Os temas trabalhados nessa obra abrangem os domínios da Linguística discutidos na época, bem como reflexões consideradas brilhantes para a época.

Na década de 1940, Mattoso Câmara iniciou um discurso diferente do vigente da época (o filológico) e apresentou um discurso que busca uma teoria geral para a compreensão do fenômeno linguístico:

Mattoso Câmara inicia, na verdade, a partir dos anos 40 um novo discurso sobre a linguagem no Brasil, marcado pela preocupação com a análise e compreensão do fenômeno linguístico, pelo referencial teórico novo entre nós representado pelo estruturalismo e pela sua visão antropológica da linguagem. A obra dele traduz, com efeito, um outro paradigma no processo histórico dos estudos sobre a linguagem no Brasil. Arauto embora de um novo discurso, o linguista brasileiro não se volta contra o discurso filológico, então ainda flagrantemente dominante entre nós nas décadas de 40, 50, 60, período que cobre essencialmente o da sua produção intelectual (UCHÔA, 2000, p.46).

A obra foi considerada um dos manuais para o estudo das línguas, trabalhando a Linguística a partir de diversos autores, considerando seu objeto, suas modalidades, os fonemas, a estrutura das sílabas, as unidades significativas, os morfemas, as significações linguísticas, a semântica, as categorias gramaticais, os critérios para a classificação dos vocábulos, a frase, a evolução linguística, o empréstimo e a classificação das línguas. Desse modo, Mattoso foi o primeiro a

preocupar-se em divulgar, tanto no Brasil quanto em Portugal, um discurso mais abrangente, com princípios fundamentais que regem a atividade linguística entre os homens.

É importante destacar que Mattoso Câmara referencia outros autores no desenvolvimento da obra. Encontramos autores brasileiros e estrangeiros que também contribuíram para a legitimação da nova disciplina, dentre os autores brasileiros citados, além do próprio Mattoso Câmara Jr., estão; Said Ali; Serafim Silva Neto; Antenor Nascentes; Capistrano de Abreu; Theodoro Sampaio; Souza da Silveira. Já em relação aos autores estrangeiros, é evidente a busca em divulgar trabalhos importantíssimos como os de Ferdinand de Saussure; Charles Bally; Eugenio Coseriu; Roman Jakobson; Edward Sapir; dentre outros.

Na tese *Para o estudo da fonêmica portuguesa* (1953), publicada no Boletim de Filosofia, Mattoso Câmara apresenta um estudo da fonética e fonêmica portuguesas. Ressaltando conceitos da fonética, fonêmica e fonologia baseados em seus estudos feitos no Círculo de Praga, retomando os pontos de vista de Saussure, Sapir e outros foneticistas. Além disso, o autor descreve cientificamente os fonemas da Língua Portuguesa, estabelecendo um quadro de vogais e consoantes que considera a existência de variantes, resolve também controvérsias dos filólogos ao tratar da descrição dos diversos tipos de sílaba e finaliza a obra com um capítulo sobre rima na poesia brasileira. Segundo Uchôa, “Para o estudo da fonêmica portuguesa” foi um “livro-marco na história linguística brasileira” e “referência obrigatória para qualquer análise da fonologia do português do Brasil” (UCHÔA, 2004a, p. 33).

Sobre a fonologia apresentada por Mattoso Câmara, Aryon Rodrigues comenta:

O estudo fonológico de Mattoso não só aprofundou o conhecimento objetivo do português brasileiro e do português em geral, mas também teve a virtude de introduzir no Brasil as ideias fonológicas então predominantes na Europa e na América do Norte (RODRIGUES, 1984, p. 84).

Na obra *Introdução às línguas indígenas*, após ministrar várias conferências com esse título, Mattoso Câmara conceitua a linguagem de maneira ampla, com suas funções e características, bem como propõe uma análise entre língua e discurso e a dificuldade na classificação das línguas indígenas brasileiras.

A tese de livre docência de Mattoso Câmara, intitulada *Contribuição à estilística portuguesa*, divide-se em duas partes. A primeira parte apresenta uma abordagem teórica e traça um percurso histórico dos estudos linguísticos, conceituando estilo e estilística segundo as interpretações de Saussure e Bally. A segunda parte é dedicada à estilística fônica da Língua Portuguesa, abrangendo os recursos sonoros das vogais e das consoantes, entonação e motivação sonora na escolha dos vocábulos. Por fim, o autor direciona sua atenção para a estilística léxica, estudando o valor representativo e conotativo dos vocábulos.

Em *O dicionário de linguística e gramática* (1964), Mattoso Câmara destaca dois pontos de vista: um científico e outro estrutural para discutir os fatos da língua. Por sua vez, *Manual de expressão oral e escrita* tem início a partir de aulas ministradas por anos consecutivos aos oficiais alunos da Escola de Comando e Estado Maior de Aeronáutica no Rio de Janeiro a convite da direção dessa instituição. Manual é um dos estudos que trata das mais expressivas formas de comunicação linguística e seu objetivo, inicialmente, era de sistematizar os cursos ministrados. Entretanto, a pedido de seus amigos, o autor divulga esse manual, com as primeiras edições em 1961 e 1964, uma vez que as mesmas foram incluídas no programa de ensino de português daquela escola: as aulas do manual foram utilizadas para o ensino de Português na Escola Naval por iniciativa do professor Hamilton Elia.

Já a obra *Problemas de Linguística descritiva* (1970) tem como finalidade assentar as bases da descrição sincrônica da língua portuguesa. No segundo capítulo o autor aborda a delimitação dos fonemas, da sílaba, dos vocábulos fonológicos, da tonicidade. Ainda, *História e estrutura da língua portuguesa* (1979) é um trabalho descritivo e histórico das estruturas gramaticais de língua portuguesa. Por sua vez, ainda na extensa lista de publicações do autor, "*História da Linguística*" (1975) foi escrita inicialmente em inglês para um curso que seria ministrado em Washington. A obra abrange estudos Pré-Linguísticos e Para-linguísticos da Antiguidade, como os hindus, os vedas, os romanos, o grego e evolui até os estudos fonéticos e fonológicos do Círculo Linguístico de Praga, chegando às tendências da Linguística nos Estados Unidos, com autores como, Boas e Edward Sapir.

Para finalizar, é necessário destacar que o livro *Princípios de Linguística* (1941) foi publicado em quatro edições. Essas edições sofreram modificações, com o intuito de tornar a matéria acessível e mais didática, segundo a nota prévia. Na

ocasião publicação das três primeiras edições o autor ainda estava vivo, exceto na 4ª edição, em 1974, publicada após seu falecimento. As obras: *Estrutura da língua portuguesa* (considerada uma obra inacabada, pois o autor já estava doente e havia escrito 15 capítulos) e *História e estrutura da Língua* foram publicadas após seu falecimento. A primeira em 1970 e a segunda em 1972.

2.3 MATTOSO E A SUA RELAÇÃO COM A FILOLOGIA

Com a publicação do livro *Princípios de Linguística Geral*, Mattoso Câmara divulga um novo paradigma que contrastava com o discurso vigente da época, o discurso filológico. Todavia, o linguista não desconsiderou a filologia em seu trabalho e para compreendermos a filiação dele com as teorias, buscamos inicialmente refletir sobre como era a relação do sujeito com a filologia, para depois entender sua relação com o estruturalismo.

A filologia é o estudo da língua na literatura, entretanto, se distingue da Linguística, pois além de estudar a língua no seu todo, também estuda os textos em prosa e verso, com o objetivo de documentá-los. Desse modo, podemos dizer que o objeto da filologia é a língua. Para explicar o que entende como filologia, o professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior, no seu Dicionário de Linguística (CÂMARA JR., 1986, 117) descreve:

Filologia é um helenismo que significa literalmente “amor à ciência”, usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto, portanto, da Linguística. Há, porém, um sentido mais lato para Filologia, muito generalizado em português; assim Leite de Vasconcelos entende por Filologia portuguesa “o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude, e o dos textos em prosa e em verso, que servem para a documentar” (VASCONCELOS, 1926, p. 94).

Para o autor, a filologia pressupõe uma língua escrita e culta. A literatura, nesse sentido, é a manifestação de língua escrita feita para o público geral de leitores ou, em sentido restrito, a aplicação da linguagem com o objetivo artístico, poético.⁸

É importante destacar que a Linguística se diferencia da Filologia, pois o objeto da Linguística é o estudo da linguagem humana considerada na base da sua manifestação como língua. Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e

⁸ Cf. CÂMARA JR., 1986, p. 161

interpreta os fenômenos linguísticos para apreender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da faculdade da linguagem entre os homens – a) numa dada língua, b) numa família ou bloco de línguas, c) nas línguas em geral⁹.

O trabalho filológico tem por objetivo a reconstituição do texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado. Estende-se desde a crítica textual, cujo objeto é o próprio texto, até as questões histórico-literárias, como a autoria, a autenticidade, a datação etc., e o estudo e a exegese do pormenor (BASSETO, 2001, p.43).

A Linguística é uma ciência recente, pois data do século XIX o estudo científico e desinteressado dos fenômenos lingüísticos. A princípio, concentrava-se nos fenômenos de mudança linguística através do tempo como Lingüística Comparativa, especialmente indo-europeia, baseada na técnica do comparativismo. Hoje alargou-se-lhe o âmbito, distinguindo-se, ao lado do estudo histórico (Lingüística Diacrônica), o estudo descritivo (Lingüística Sincrônica), porque “a fixidez aparente da língua, sendo uma realidade social, é que a permite funcionar nos grupos humanos como meio essencial de comunicação e esteio de toda a vida mental – individual e coletiva” (CÂMARA JR., 1977, 39-40).

No *Dicionário de Linguística e Gramática*, o verbete “Linguística” propõe que a Filologia “pressupõe uma língua culta e uma língua escrita”, afirma Mattoso Câmara no verbete “Linguística” de seu *Dicionário de Linguística e Gramática*.

Já na obra *Princípios de Linguística Geral* (p. 284), Mattoso Câmara afirma: “Em princípio, a língua literária fixa-se na imitação de certos modelos, e algumas vezes na de modelos estrangeiros, como os franceses atualmente entre nós, ou os gregos na Roma de Augusto”.

Na obra, *História da Linguística*, Joaquim Mattoso Câmara Júnior relembra que, em oposição ao estudo do certo e errado e o estudo da língua estrangeira, nos quais consideramos o estímulo proveniente de uma diferença linguística contemporânea, podemos também considerar a diferença em que a fala atual é comparada com as formas linguísticas escritas do passado:

Na filologia os homens estão cômnicos de um contraste entre os traços lingüísticos do presente. O contraste é, porém, visto de um modo estático. “A” é conhecido como diferente de “B” mas “A” não é visto como a causa de

⁹ Cf. CÂMARA JR., 1986, p. 159

“B” ou “B” como consequência de “A”. Não são imaginados como pontos relacionados numa linha de desenvolvimento. A lacuna entre o conceito filológico e a concepção da linguagem está claramente ilustrada quando confrontamos aquilo que a filologia grega chamou de metaplasmo com a ideia de alternância sonora, elaborada pela lingüística moderna (CÂMARA JR., 1986-a, p. 12).

Com relação às pesquisas filológicas, em 1966, em uma conferência apresentada em Cambridge e em Nova Iorque, Mattoso Câmara considerava os pesquisadores displicentes:

É digno de nota que, recorrendo embora quase exclusivamente à língua de literatura para estabelecer uma norma lingüística e a teoria gramatical, os scholars brasileiros do passado não desenvolveram paralelamente com afinco a pesquisa filológica dos textos literários. Em referência ao estabelecimento crítico dos textos, que eram assim continuamente invocados, reinava a maior displicência (CÂMARA JR., 1972, p. 206).

Nesse trecho podemos apreender um Mattoso Câmara crítico com relação aos “scholars” brasileiros do passado, interpretando-os como pesquisadores inadimplentes em relação ao estabelecimento crítico de textos.

2.4 MATTOSO E O ESTRUTURALISMO

Em nosso trabalho, a discussão sobre os princípios do marxismo serve como um movimento de retrospectão ao passado para nos aproximarmos do entendimento da constituição da Análise de Discurso Francesa e para compreendermos melhor o que foi o estruturalismo no Brasil. A ascensão do estruturalismo está na conjuntura política da década de 1950, que se encontrava desacreditada com o marxismo. Nesse sentido, temos que o paradigma estruturalista consiste em um método rigoroso, que questiona os modelos científicos vigentes e que busca uma convergência entre as várias áreas do saber, como um projeto unificador.

Tanto a psicanálise quando a antropologia começaram a adquirir o status de ciência a partir do estruturalismo, que ao tentar unificar as ciências numa disciplina, a partir da Semiologia, deu lugar de destaque para o inconsciente. Dentre os grandes nomes deste paradigma, está o linguista Roman Jakobson e sua contribuição da fonologia estrutural. Seguindo uma filiação saussuriana e o formalismo russo, em 1926 é fundado o Círculo Linguístico de Praga propondo a

distinção entre linguagem interna e linguagem manifesta a partir de uma perspectiva estruturalista. Esse movimento tem grande força e não se acomoda na universidade:

O Estruturalismo não se acomoda no espaço da universidade. É um movimento de contestação, de crítica que se apresenta com tal força que as fronteiras da academia são extrapoladas. As ideias estruturalistas tomam os jornais (que até então eram veículo de descrição do cotidiano de uma cidade) chegando ao domínio público (Texto de apresentação da revista *Idéias*, 2005).

Todavia, mesmo que as teses fossem construídas a partir de uma perspectiva Saussuriana, a concepção de língua do Círculo de Praga referia-se a um sistema funcional e também os conceitos de diacronia e sincronia não podiam ser considerados separados, tal como concebe Saussure.

No Brasil, o estruturalismo surge em 1960 e sua maior relevância como escola foi que “instaurou a crença de que a língua portuguesa tal como é falada e escrita no Brasil deveria ser tomada como objeto de descrição, contrariando uma longa tradição normativa” (ILARI, 2004, grifo no original, p. 87). Nesse sentido, podemos refletir que o que era considerado fora da norma padrão era designado como incorreto e sem sistematização.

Mas antes mesmo de o estruturalismo ganhar fôlego no Brasil, na década de 1940, Mattoso Câmara era o único teórico representante dessa vertente teórica, tanto no Brasil quanto em Portugal. O discurso teórico que estava em vigor na época era o dos filólogos com viés atomista. Tal discurso era centrado na língua portuguesa com ênfase em dois campos: os estudos diacrônicos e os estudos que tinham como objetivo documentar e analisar a língua literária.

Com o objetivo de conceituar o estruturalismo, Mattoso Câmara escreveu um artigo intitulado “O estruturalismo”. No início do texto, ele referencia Joseph Hrabak:

O estruturalismo não é uma teoria nem um método; é um ponto de vista epistemológico. Parte da observação de que todo conceito num dado sistema é determinado por todos os outros conceitos do mesmo sistema, e nada significa por si próprio. Só se torna inequívoco, quando integrado no sistema, na estrutura de que faz parte e onde tem um lugar definido. A obra científica do estruturalismo é, portanto, uma síntese da visão romântica — cuja base cognitiva é a dedução a partir de um sistema filosófico que classifica e avalia os fatos a posteriori, e a posição empírica do positivismo — que, ao contrário, constrói a sua filosofia a partir dos fatos que comprovou pela experiência. Para o estruturalista, há uma inter-relação entre os dados, ou fatos, e os pressupostos filosóficos, em vez de uma dependência unilateral. Daí se segue que não se trata de buscar um método exclusivo, que seja o único correto, mas que, ao contrário, 'o material novo importa em regra numa mudança de procedimento científico' (2). Da mesma

sorte que nenhum conceito é inequívoco antes de integrado na sua estrutura particular, os fatos não são inequívocos em si mesmos. Por isso o estruturalista procura integrar os fatos num feixe de relações que ponham em evidência a sua inequívocidade dentro de uma superordenação e de uma subordinação. Numa palavra, a estrutura global é mais do que uma sùmula mecânica das propriedades dos seus componentes, pois determina propriedades novas.¹⁰

Nesse sentido, o estruturalismo, para Mattoso Câmara, é uma posição científica geral para todos os campos do conhecimento humano, pois abrange o estudo da natureza, o estudo do homem em sua criação cultural e o estudo linguístico. É um ponto de vista epistemológico no qual um conceito “solto” não tem um significado, já que precisa do sistema para tê-lo. Não há elementos isolados, pois eles estão sempre em uma estrutura e na inter-relação entre elas.

No decorrer desse artigo Mattoso Câmara diferencia estrutura de sistema. Para ele, o sistema é um conjunto científico que pressupõe uma estrutura num feixe de relações entre os elementos ali presentes.

Caracteriza-o, contudo a circunstância de que esses elementos são bastantes e complementares em sua distribuição. O todo em que se constituem é cabal e suficiente. Há assim na significação de sistema uma noção nova, que se acrescenta à da inter-relação entre as partes. É uma estrutura de partes satisfatoriamente distribuídas, que se associam e completam. Toda estrutura pressupõe um sistema, pelo menos implícito e realizável, e pode-se afirmar que ela é a condição prévia e necessária para ele existir (CÂMARA JR., 1967, p.44).

Além disso, Mattoso Câmara considera as mudanças linguísticas como resultado das mudanças sociais.

Filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas, em determinadas condições de produção. Uma filiação histórica não pode ser explicada (...) Embora a filiação teórica não possa ser explicada e se dê nas bases de um processo de identificação, no campo científico é preciso fazer essa filiação trabalhar em termos de prática científica. É esse trabalho que legitima um saber linguístico, sustentando sua representação” (LAGAZZI-RODRIGUES, p.13, 2007).

Com o livro *Princípios*, em 1941, Mattoso trabalha alguns fundamentos principais da linguística estrutural. Além disso, com a tradução da obra de Sapir, publicada em 1954, o autor produz um discurso metalinguístico que destoa daquele

¹⁰ A Prague School Reader on Esthetics, Literary Structure and Style, selected and translated from the original Czech by Paul Garvin. Washington D. C. 1964, p. VIII.

dos estudiosos da época, considerando em seus estudos etimologias, fatos da língua e falares regionais.

PARTE 3 - O SABER LINGUÍSTICO INSTITUCIONALIZADO NAS REVISTAS ACADÊMICAS

As revistas científicas¹¹ começam a ser publicadas no século XVII com o objetivo de comunicação da ciência. Antes do seu surgimento, a comunicação entre os investigadores acontecia por meio da correspondência via cartas, atas ou memórias dos encontros/reuniões científicas.

Para remontar a história sobre as revistas científicas, o texto “Passado e futuro das revistas científicas”, publicado em 1966, de Ida Regina Chitto Stumpf, destaca que a primeira forma de correspondência do saber linguístico foi através de cartas pessoais:

As cartas eram enviadas pelos homens de ciência a seus amigos para relatar suas descobertas mais recentes e circulavam entre pequenos grupos de interessados que as examinavam e discutiam criticamente. Sua divulgação era então direcionada, uma vez que seus autores quase nunca as enviavam para aqueles que podiam refutar suas teorias ou rejeitar seus experimentos (STUMPF, 1966, p. 1).

Nesse trecho já é possível observar uma particularidade das cartas pessoais: os investigadores correspondiam-se apenas com outros autores que concordassem com sua teoria/ponto de vista, o que, para a ciência, torna-se complicado, uma vez que se todos os investigadores pensam exatamente da mesma maneira, como o novo/diferente vai ser aceito? Além disso, outro ponto interessante colocado pela autora como negativo sobre esse tipo de correspondência é que as cartas eram de cunho extremamente pessoal, demoravam a divulgar o conhecimento como também se limitavam a um determinado grupo de investigadores.

Mattoso Câmara Jr. é um dos investigadores que se correspondeu através de cartas pessoais e dentre os seus interlocutores estava Roman Jakobson. O período de correspondência, que resultou em 45 cartas, data de 1945, momento em que as sociedades europeia e americana davam início ao período pós-guerra, e tal correspondência tem fim em 1698, com a chegada de Roman Jakobson ao Brasil.

¹¹ Estamos compreendendo revistas científicas e revistas acadêmicas como sinônimos, no sentido de que revistas acadêmicas transfere conhecimentos da investigação científica.

Segundo Altman (1998), 1968 é marcado como o ano da única visita de Roman Jakobson ao Brasil, e marca o ponto de chegada de um longo e descontinuado processo de institucionalização da Linguística enquanto disciplina autônoma no país.

Referente às atas e às memórias das reuniões científicas, essas correspondiam a transcrições relatadas perante reuniões/encontros e que, em um segundo momento, eram impressas para servir como fonte de consulta e referência para a sociedade acadêmica.

Com o surgimento das revistas científicas, definidas cartas passaram a ser compreendidas como correspondência pessoal entre os pesquisadores, enquanto a especificidade das atas/ memórias ficou no âmbito de registro dos trabalhos.

As formas anteriores de divulgação de experimentos isolados apenas influenciaram o surgimento das revistas que, com o tempo, assumiram o papel de principais divulgadores das investigações. O surgimento das revistas não significou que esses dois tipos de registros anteriormente mencionados, as cartas e as atas, deixassem de existir. Houve, isto sim, uma definição de papel entre os diversos canais de divulgação da ciência: a correspondência tomou apenas um caráter de comunicação pessoal entre os cientistas, e as atas, também conhecidas como memórias ou anais, passaram a se constituir em um documento de registro dos trabalhos apresentados em reuniões científicas e profissionais (STUMPF, p. 1, 1966).

No século XIX, além do crescimento da produção de gramáticas escritas por autores brasileiros, o número de revistas científicas aumentou significativamente em função da profusão de pesquisadores e de seus trabalhos acadêmico-científicos. No século XX, esse número continuou significativo porque as revistas começaram a serem publicadas pelas Universidades, pelo Estado e por Editores Comerciais.

Stumpf (1997) destaca que “[...] comunicar a ciência é transferir os conhecimentos gerados pela investigação científica” (STUMPF, 1997, p. 46). Desse modo, a autora aponta para a importância das publicações, as quais possibilitam que o conhecimento seja registrado e divulgado, podendo, assim, ser utilizado pela comunidade científica. As publicações constituem-se, dessa forma, “[...] tanto insumo básico quanto produto final da atividade científica” (STUMPF, 1997, p. 46).

Nesse sentido, consideramos que as publicações permitem a comunicação científica, a qual, no entender de Costa (2008), é imprescindível para o avanço e o desenvolvimento da ciência. Por meio dessa comunicação, não há apenas a divulgação do conhecimento, mas também a relação entre o conhecimento e a

comunidade científica, e esta, por sua vez, contribui para a legitimação do saber entre seus pares.

Segundo Schneiders (2014), o modo de circulação do conhecimento contribui na medida em que possibilita compreender como um domínio de saber institucionaliza-se por meio dos ‘trajetos dos dizeres’. A questão institucional particulariza a produção do conhecimento e sua circulação, como também tem um efeito legitimador, já que são pelas relações institucionais que determinados saberes são legitimados e colocados em circulação, compreendendo-se que os saberes, assim como os sentidos, são institucionalizados a partir das condições sócio históricas e ideológicas (SCHNEIDERS, 2014)

Em consonância com Scherer (2008), compreendemos que “produzir ciência é produzir conhecimento em uma certa ordem, em uma certa época, em certas condições de produção”, ou seja, no caso de nosso trabalho as condições de produção dos artigos é a própria Universidade do Paraná

3.1 REVISTA ACADÊMICA COMO PRODUTORA E DIVULGADORA DO SABER LINGUÍSTICO

Sylvain Auroux (1992) define, a partir de seus princípios teóricos, o conceito de gramatização como um processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua tomando como base duas tecnologias: a gramática e o dicionário. Nesse sentido, a gramática e o dicionário são os pilares do saber metalinguístico.

Propomos, em nosso estudo, pensar a revista acadêmica em um patamar semelhante ao do dicionário e da gramática. Isso por considerarmos que a revista acadêmica também está a serviço da circulação do conhecimento e, nessa instância, “os dizeres são como se mostram”, de modo que os meios para isso “não são nunca neutros” (ORLANDI, 2001, p. 11-12).

É importante refletir sobre como acontece a produção de tal materialidade. A revista acadêmica se distancia dos outros instrumentos linguísticos com relação à infindável questão sobre o correto e o errado da língua. O foco de uma revista acadêmica não se encontra nessa questão e para compreendermos isso, basta pensarmos em quem escreve esses textos (autor), qual o público leitor que se busca atingir (público-leitor), como também em qual a relação da revista com a instituição

em que é veiculado aquele conhecimento (condições de produção). Além disso, a produção desse instrumento acontece de maneira coletiva:

Pesquisadores, grupos de pesquisa, estudantes em pós-graduação e professores universitários mantêm uma ligação entre o que/como se faz em pesquisa e entre teoria e prática. Toda a revista é coletiva por natureza mesmo que pertença a uma só instituição universitária. É o caso da maioria das revistas acadêmicas no Brasil. Estas, quase sempre, são organizadas por intelectuais conhecidos em suas áreas e estes procuram desenvolver seus produtos para uma massa de leitores-consumidores, sempre visando firmar as necessidades do campo simbólico de seus instrumentos culturais e acadêmicos (SCHERER, 2003, p. 73).

Estamos pensando instrumento linguístico no sentido de a revista acadêmica ser uma maneira de fixar um determinado conhecimento e divulgar para a comunidade científica. No caso dos textos autorais de Mattoso Câmara publicados em revistas, compreendemos esses textos como parte de um processo da legitimação do conhecimento. Uma tentativa de transmitir suas ideias para além da sala de aula.

Sobre o papel das revistas científicas no século XVII, Schneiders (2017) afirma que as produções vinculadas a um determinado período sócio-histórico e ideológico buscava atender as demandas científicas daquela época.

As revistas científicas cumprem um papel fundamental tanto no processo de comunicação da ciência como na legitimação do conhecimento científico. Tratam-se de produções que começaram a ser publicadas no século XVII, na Europa, configurando-se como uma prática vinculada a determinado período sócio-histórico e ideológico, com vistas a atender às demandas científicas da época (SCHNEIDERS, 2017, p. 2757).

Com relação a quem escreve os textos nas revistas acadêmicas, podemos considerar dois momentos na história. Nas revistas produzidas durante o processo de institucionalização, a autoria dos textos publicados destinava-se aos professores/intelectuais (hoje considerados como renomados), que buscavam a divulgação do conhecimento linguístico produzido na época. Hoje, a autoria não está apenas com os professores renomados, mas também com os pesquisadores em geral, ora aqueles que estão iniciando na área, ora aqueles que já dispõem de certo conhecimento e maturidade em relação ao conteúdo que apresentam.

Já quando pensamos no público leitor das revistas acadêmicas, podemos entender um contraste com os outros instrumentos linguísticos. A revista acadêmica

dispõe de um público alvo bem definido - os pesquisadores-, enquanto a gramática e o dicionário, por exemplo, abrangem os estudantes em geral. As organizações das revistas acadêmicas são feitas por intelectuais da área como discute Scherer:

Estas, quase sempre, são organizadas por intelectuais conhecidos em suas áreas e estes procuram desenvolver seus produtos para uma massa de leitores-consumidores, sempre visando firmar as necessidades do campo simbólico de seus instrumentos culturais e acadêmicos (SCHERER, 2003, p. 73).

Nesse sentido, em consonância com Scherer (2003), compreendemos que um dos papéis da revista é dar conta do que “escapa” dos instrumentos culturais e acadêmicos.

Além disso, outra consideração importante em relação às revistas é que estas possuem um conhecimento atemporal. As questões científicas que são debatidas hoje podem voltar a ser pauta daqui a cinquenta anos ou nunca deixarem de ser discutidas:

A relação constitutiva entre produção e circulação leva-nos, necessariamente, a pensar não só em sentidos, mas “em movimento, de sujeito, de ideias que circulam e deixam de circular, para voltar a circular em outro lugar, em outro momento, com outros sujeitos e outras instituições (SCHERER, 2005, p. 24).

Esse conhecimento atemporal está relacionado ao fato de que os sentidos vão estar sempre em movimento¹² e estes sentidos também dependem dos sujeitos que interpretam, porque tanto os sujeitos quanto os sentidos são incompletos.

3.2 A REVISTA LETRAS PARANÁ: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Para compreender as condições de produção da Revista Letras do Paraná, é essencial a leitura do artigo publicado na revista Interfaces, intitulado “O texto de

¹² O dizer é aberto. Logo os sentidos não se fecham.

apresentação nas revistas acadêmicas: da singularização a inscrição no lugar de uma falta”, de autoria de Zélia Maria Viana Paim.¹³

Vinculada aos pressupostos da Análise do Discurso em consonância com as Histórias das Ideias Linguísticas, a autora busca desenvolver considerações sobre revistas acadêmicas a partir de sua historicização. Seu objeto de análise são três revistas: Letras, Alfa e Letras de Hoje. Para nosso estudo, nos deteremos em apenas uma revista, a qual coincide com o nosso corpus: a Revista Letras do Paraná.

Estamos considerando as condições de produção da revista Letras, pois assim como Guimarães (2003) compreendemos que a universidade constitui-se como espaço institucional de pesquisa científica, função que está diretamente relacionada com a capacidade de produzir conhecimentos e de formar pesquisadores.

Paim (2015) demarca a fundação da universidade do Paraná (UFP), em 19 de dezembro de 1912, como resultado da lei intitulada “Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República” (1911), que defendia a liberdade e a desoficialização do Ensino no país, retirando, assim, da União, o monopólio de criação das instituições do ensino superior. A UFP surge, então, como tentativa de uma universidade fora do âmbito federal.

Assim como a autora, consideramos importante destacar que, antes da integralização, a Universidade Federal do Paraná, conhecida antigamente como FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), era mantida pela UBBE (União Brasileira de Educação e Ensino) sob administração dos irmãos maristas. Devido a isso, os recursos eram providos a partir de mensalidades dos alunos.

Em 1913, a referida universidade inicia, de fato, seu funcionamento, ofertando cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Já em 1950, acontece a federalização da Universidade e novos cursos são ofertados, além daqueles que já foram citados, tais como; Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Na década de 40 iniciou-se o que se pode chamar de tendências atuais da lingüística no Brasil, simultaneamente com a criação nas universidades

¹³ Cf. PAIM, Z. M. V.. O texto de apresentação nas revistas acadêmicas: da singularização a inscrição no lugar de uma falta. Revista Interfaces, v. 6, p. 88-100, 2015

brasileiras das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, abreviadamente conhecidas como Faculdades de Filosofia, e que abrangiam tanto o estudo das ciências físicas e biológicas, como das humanidades e das ciências sociais (MATTOSO CÂMARA, 1976, p. 49).

Após integrar-se à Universidade do Paraná, a FFCL veio a ser responsável por patrocinar as publicações da revista Letras como uma iniciativa do Centro de Estudos Linguísticos. O Centro de Estudos Linguísticos do Paraná é essencial na história da revista, pois, em 1953, eram comuns no país reuniões mensais de professores com a colaboração da participação dos estudantes para assistirem conferências de professores estrangeiros ou de seus próprios colegas.

Em 31 de Outubro de 1953, a partir de uma primeira sessão, é fundado, no Paraná, por professores considerados importantes para a fundação da Linguística, o Centro de Estudos Linguísticos. Dentre eles, destacamos a figura do linguista brasileiro Aryon Dall'Igna Rodrigues, considerado um dos mais renomados pesquisadores de línguas indígenas no Brasil.

Diante disso, a importância do Centro de Estudos Linguístico em relação à revista dá-se pelo fato de que as publicações tornam-se anuais, oferecendo maior visibilidade para a produção do conhecimento tanto daquele espaço, como também de outros espaços de produção intelectual. Além disso, foi uma tentativa de organização por parte dos linguistas, como afirma Borges Neto (1993):

[...] o Centro é importante na medida em que é uma das primeiras tentativas de organização da comunidade dos lingüistas, organização que se concretizará alguns anos depois com a criação da Associação Brasileira de Lingüística (), que não por acaso tem como seu primeiro presidente Aryon Rodrigues, um dos fundadores do Centro do Paraná (BORGES NETO, ABRALIN, 1993, p. 24).

A revista Letras é, atualmente, um periódico semestral, vinculado aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. A fundação da revista aconteceu em 1953, pelo Curso de Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo Germânicas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.¹⁴

A revista Letras é mantida, desde sua fundação, em circulação, constituindo-se como importante revista acadêmica da área de Letras no Brasil, observando a característica fundadora de divulgar artigos/ensaios sobre linguística, língua e literatura em diversas línguas modernas (PAIM, 2015, p. 92).

¹⁴ Informações constantes no site: revistas.ufpr.br/letras

Nesse sentido, a revista acadêmica pode ser considerada um instrumento linguístico, pois produz um determinado conhecimento veiculado em uma determinada instituição, divulgando o que a comunidade científica está produzindo no momento. Estamos em consonância com Auroux (2008, p. 77), compreendendo que “sem as instituições, as ciências, como todas as atividades intelectuais, não teriam nem história nem mesmo existência”. No caso do presente estudo, sem as publicações na revista, não seria possível saber o que era produzido sobre o conhecimento linguístico durante o período de institucionalização da linguística no Brasil.

Os dicionários e as gramáticas possuem certas especificidades que eram evidentes no passado, pois dependiam muito de quem as escrevia. Isso acabou sendo normatizado a partir da Nomenclatura Gramatical Brasileira e dificilmente a questão da diferença de um dicionário para outro será colocada para discussão, pois acabaram sendo normatizados. Entretanto, se pensarmos no caso das revistas acadêmicas, no caráter de especificidade destas, pois dependem diretamente da ordem discursiva e do suporte institucional.

Desse modo, é necessário refletir também sobre a instituição de origem da revista e as condições de produção desta, pois, em consonância com Nunes (2008, p. 83), consideramos importante o “estudo das instituições e das condições que elas trazem para a prática científica.” Dentre essas práticas estão documentar a ciência, construir arquivos, formar cientistas, divulgar pesquisas, etc.

Com relação à disciplina de Linguística da FFCL/UFPR, segundo Grannier (2012), esta não foi a primeira a ser ofertada no Brasil. Em 1938, como já citado, Mattoso Câmara ministrou essa disciplina na Universidade do Distrito Federal. Para Aryon Rodrigues, a proposta da Universidade do Distrito Federal era tão inovadora em seu conjunto que não conseguiu sobreviver às pressões da tradição conservadora, resultando em sua extinção no início do ano seguinte, em 1939. A partir disso, extinguiu-se também a primeira tentativa de criação de um espaço institucional para a Linguística, já que a Universidade do Distrito Federal foi substituída pela Universidade do Brasil, e o novo curso de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia não contemplava a disciplina Linguística.

3.3 MATTOSO CÂMARA JR. NA DISCIPLINARIZAÇÃO/INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL

A institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil deve ser compreendida como um processo, pois toda a produção do conhecimento se faz a partir de condições específicas, podendo ser essas condições ora históricas, ora institucionais. Nesse sentido, o processo de conhecimento sobre a língua no Brasil está diretamente relacionado aos momentos distintos nos quais se constituíram as instituições de educação brasileira. É com a instauração e com o desenvolvimento do colégio Dom Pedro II (1837-1867), uma das instituições escolares mais importantes, que o conhecimento sobre a língua portuguesa começou a ter representatividade¹⁵.

No que diz respeito às condições históricas sobre a língua no Brasil, podemos destacar que a relação de autoria no Brasil sofre um deslocamento, se considerando de uma maneira no final do século XIX e de outra no final da década de 50 do século XX. No final do século XIX, o gramático aparece como condição necessária para a constituição da nacionalidade, já na década de 50, a partir do estabelecimento da NGB, o gramático deixa de ser autor que se constitui na própria história da gramática para constituir-se na sua relação estabelecida com a linguística.

Tendo em consideração a periodização proposta por Guimarães em 1994, o primeiro período já considerava a possibilidade de receber outras influências, o que permitia a possibilidade de novas filiações e novas perspectivas.

Além disso, é importante destacar que consideramos a figura do sujeito-professor como fundamental no processo de disciplinarização. Os primeiros cursos de Letras surgem respectivamente nos anos de 1934, 1935 e 1939, concomitantes à Faculdade de Filosofia e Ciências. Todavia, o processo de institucionalização é consolidado em 1962, a partir de um decreto instaurado pelo Ministério da Educação. Nesse momento inicial da Linguística como disciplina e como ciência no Brasil, a formação política teórica dos professores determinou as linhas teóricas deste período. Dentre os primeiros professores, podemos citar: Mattoso Câmara Jr, Robert Henri Aubreton, Izidoro Blikstein, Haqira Osakabe, Rodolfo Ilari, Eni Orlandi e Cidmar Teodoro Pais.

¹⁵ A discussão do tema está baseada na leitura do livro “Institucionalização da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas”, da autoria de Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães.

Buscando traçar um percurso sobre o conhecimento linguístico, nosso estudo tem como foco os textos de Joaquim Mattoso Câmara Jr., para que seja possível considerar um percurso que nos aponte para o funcionamento de um processo de autoria. Buscamos entender o processo de autoria tanto como um discurso fundador, que instaura conceitos, quanto como repetição de sentidos (no caso das revistas, quando o autor é citado nos textos da mesma, por exemplo).

Mattoso Câmara considera que, antes mesmo de a Linguística ser legitimada e institucionalizada, já havia estudiosos da linguagem, os quais já eram referenciados em seus livros (*Princípios de Linguística Geral*, 1941), todavia, é possível um desconhecimento em relação a uma nomeação adequada para estes estudiosos na época. Dentre os autores referenciados por Mattoso Câmara em seus textos, há destaque para Said Ali, João Ribeiro e Aryon Rodrigues. Antes de Mattoso Câmara, os autores citados já se interessavam por questões linguísticas, entretanto, é Mattoso Câmara que começa a divulgar os princípios estruturalistas no Brasil e em Portugal.

Ao tocarmos a questão da autoria e o nome do autor, consideramos a existência de um efeito de legitimidade, que nos leva muitas vezes a uma afirmação equivocada de que é o sujeito que legitima e sustenta a instituição. Dentro da “perspectiva discursiva materialista, os processos são históricos e, portanto, a instituição não pode ser sustentada pelo sujeito” (Lagazzi-Rodrigues, 2007, p.13). A autora aponta também que há uma relação entre instituição (processos e percursos de institucionalização dos sentidos para a área pesquisa linguística e a disciplina linguística) e legitimidade (processos de legitimação e efeito de legitimidade de um saber linguístico).

É neste sentido, de acordo com Lagazzi-Rodrigues (2007), que buscamos “a relação entre institucionalização de sentidos e legitimidade, trazendo à tona a cientificidade do trabalho de uma linguística sobre a língua”. Na perspectiva materialista, ainda segundo a autora (p.12), importa compreender os processos de identificação do sujeito nessa relação entre legitimidade e instituição.

A importância da autoria é apresentada a partir de reflexões por Lagazzi-Rodrigues (2007), que a aponta no percurso político de conhecimento sobre a história da linguística no Brasil, bem como aponta para a necessidade de compreendermos o papel dos processos de institucionalização, legitimação e representação no percurso delineado pela linguística no Brasil. Com isso, é

necessário refletir sobre a história da criação dos Cursos de Letras no Brasil, já que é no âmbito desses cursos que a linguística é institucionalizada/disciplinarizada no país. Ainda, podemos afirmar que “no Brasil, no que diz respeito à produção, expansão, circulação e representação do saber linguístico, os espaços institucionais de ensino universitário tiveram e têm grande importância.” (CF. Lagazzi- Rodrigues, 2007, p.13).

Considerando que na época da publicação dos textos de Mattoso na revista por nós analisada a linguística ainda estava em fase de inicial de institucionalização no Brasil (lembramos que sua obrigatoriedade nos Cursos de Letras se dá nos anos 1960), buscamos, em nossas análises, estabelecer um paralelo entre as temáticas abordadas por Mattoso Câmara em textos publicados no período compreendido entre 1955 e 1969. Assim, consideramos o período anterior à obrigatoriedade da linguística nos Cursos de Letras, mas no qual a linguística estava em crescente desenvolvimento no Brasil, e o período no qual a linguística torna-se obrigatória.

Para fazermos este paralelo e buscarmos compreender o papel de Mattoso na institucionalização da linguística a partir da sua publicação em revistas acadêmicas, apoiamo-nos no texto de Aryon Rodrigues¹⁶, intitulado *As tarefas da Linguística no Brasil*¹⁷, pois, para nós, em tal texto, Rodrigues aponta o que deve/pode um linguista, a partir dos questionamentos surgidos na época da implementação da linguística nos Cursos de Letras e o crescente interesse pelos Estudos Linguísticos. Rodrigues aponta na introdução deste texto que:

¹⁶ Em consonância com Resch, Munekata e Martins (2018), a importância de Aryon Rodrigues está em ser o primeiro brasileiro que consegue obter uma titulação de doutorado em Linguística, concedida pela universidade de Hamburgo, na Alemanha, em 1959. No Brasil, foi considerado um dos organizadores da primeira pós-graduação em Linguística, na Universidade de Brasília. Além disso, destacou-se na investigação das línguas indígenas, sendo considerado o maior representante da Linguística indígena no Brasil. É importante destacar que tanto Aryon Rodrigues quanto Mattoso Câmara participaram da fundação da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), sendo Aryon Rodrigues eleito como presidente da fundação, a partir de uma proposta apresentada pelo próprio Mattoso Câmara.

¹⁷ Texto publicado em 1966, lançado apenas um ano após a Linguística tornar-se obrigatória nos cursos de Letras no Brasil (1965), por decisão do Conselho Federal de Educação, ou seja, período em que a Linguística era um campo do saber em processo de institucionalização com incertezas tanto teóricas como práticas. Esse texto foi muito pertinente à época por explorar algumas características dessa nova ciência e, de certa forma, norteou os encaminhamentos dos estudos linguísticos

A finalidade deste artigo é pôr em evidência vários problemas de natureza linguística que devem ser abordados no Brasil, mais cedo ou mais tarde, individual ou coletivamente, com intenções teóricas ou práticas (RODRIGUES, 1966, p. 4).

Buscaremos apontar, a partir de nossas análises, que Mattoso Câmara seria o linguista por excelência no Brasil, pois se interessava não apenas por um dos campos teóricos da linguística, mas circulava por diversos lugares de saber, seus estudos abarcam diferentes perspectivas temáticas para a constituição de um linguista¹⁸, como podemos verificar nos textos publicados por Mattoso na Revista Letras.

3.4 JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR. E A AUTORIA NA REVISTA LETRAS DO PARANÁ

Linguista ou gramático? Como acontece a passagem de autoria que, inicialmente, parte do lugar de gramático e se transforma, a ponto de ocupar o lugar de linguista? Filiado ao estruturalismo, quais são os temas delimitados, na Revista Letras Paraná, por Mattoso Câmara, a fim de contribuir com a legitimação institucional da Linguística? Em busca de refletir sobre essas questões, precisamos considerar alguns dados, retomando um período que se inicia desde a fundação da revista.

Em 1953, a primeira edição da Revista Letras Paraná é publicada, sendo divulgada em duas versões: uma delas era destinada a artigos com o foco nos Estudos Literários e a outra versão voltava-se para artigos direcionados aos Estudos Linguísticos. Atentemos para o texto de apresentação, escrito por Homero Batista de Barros, diretor, na época, da Faculdade de Filosofia e Letras:

A extensão universitária encontra, pois, na iniciativa ora concretizada, um dos seus elementos mais eficientes, uma vez que a publicação não se destina apenas a perpetuar a messe de fúlgidas inteligências, mas a expandi-la no tempo e no espaço através dos intercâmbios de pensamento sempre valiosos para melhores conquistas do saber. Por outro lado, à medida que progredem as ciências puras nos pacientes trabalhos de laboratórios, o florescimento das letras, impregnadas dum cunho de espiritualidade, vem cooperar mais activamente na obra universitária que, destituída do incremento artístico, estaria hipertrofiada (Texto de apresentação da revista, 1953).

¹⁸Para fins de análise trabalhamos com as perspectivas apontadas por Rodrigues (1966).

Nesse trecho, é possível compreender que, além da perpetuação das ideias dos estudiosos (uma maneira de eternizar determinados conceitos e noções), o objetivo da revista também se concentrava na circulação e na divulgação dos conhecimentos linguísticos.

Já na segunda edição da revista, publicada em 1955 e organizada em dois volumes (03 e 04), Mattoso Câmara apresenta suas reflexões no volume 04, com o artigo intitulado “Língua e Cultura”. Dentre outros temas discutidos em tal edição, estão: Tabus Linguísticos; A cronologia dos empréstimos; A língua Sânscrita e a Cultura.

Abaixo, apresentamos a Tabela 01, na qual encontramos edições dos artigos autorais de Mattoso Câmara, na revista Letras Paraná. Vejamos:

Tabela 1 – Títulos dos artigos de Mattoso¹⁹

EDIÇÃO	VOLUME	TÍTULO DO ARTIGO
1955	04	<i>Língua e cultura</i>
1959	10	<i>Classificação das línguas indígenas do Brasil</i>
1960	11	<i>Nomenclatura gramatical</i>

¹⁹ Tabela elaborada pela autora.

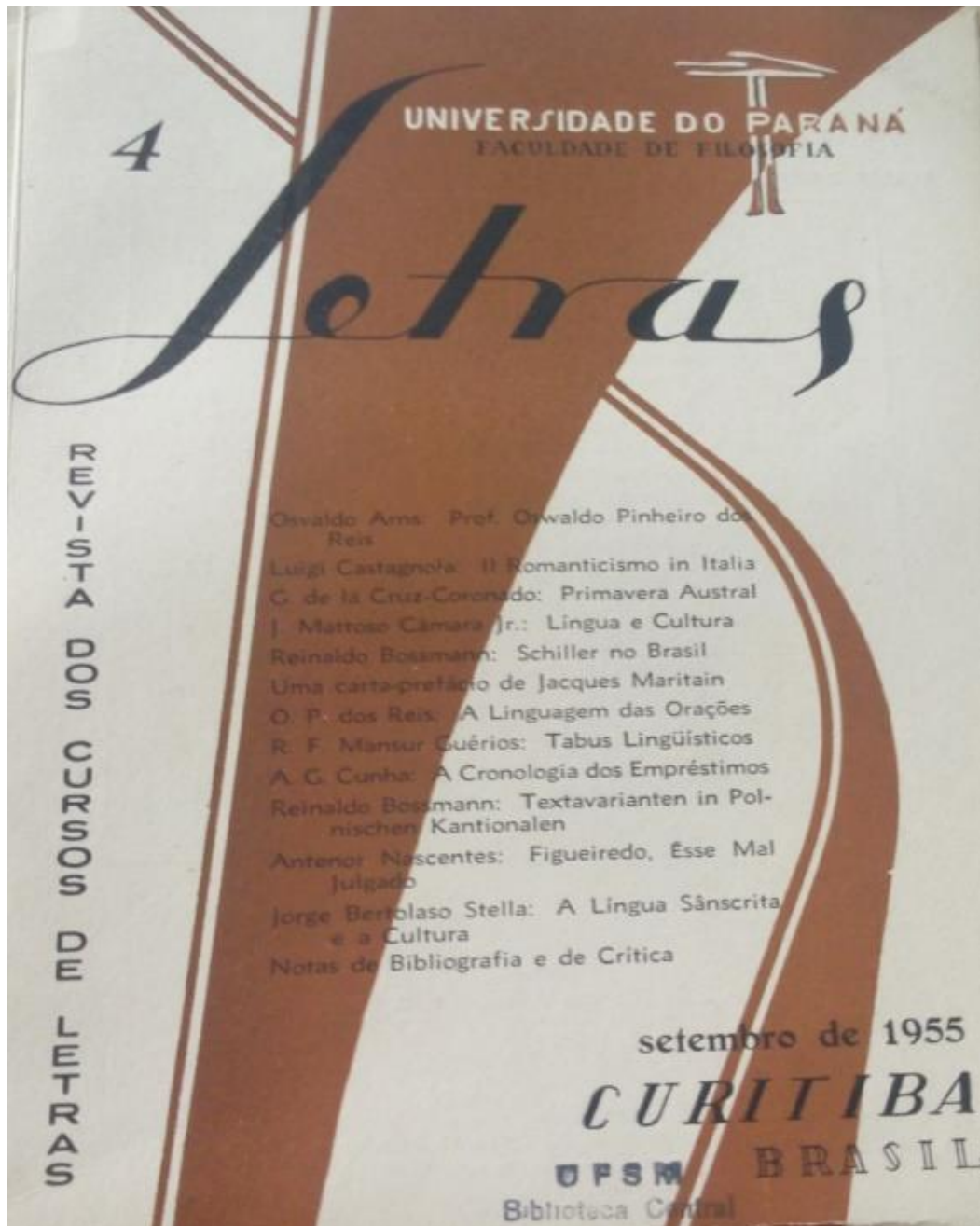
1961	12	<i>As ideias gramaticais de João Ribeiro</i>
1969	17	<i>Os estudos do português no Brasil</i>

Quatro anos após a publicação de seu primeiro artigo nesta revista, Mattoso Câmara escreve sobre “As classificações das línguas indígenas do Brasil”, no volume 10 da edição publicada em 1959. Com a instauração da NGB em 1958, Mattoso Câmara escreve um artigo, para a edição de 1960, intitulado “*Nomenclatura Gramatical*”. Em 1961, discute, em outro artigo, sobre “*As ideias Gramaticais de João Ribeiro*” e, em 1969, publica “*Os estudos do português no Brasil*”.

Para uma possível análise, tomando como ponto de partida um horizonte de retrospecto e com o fito de pensar um horizonte de projeção, retomemos, em cada um dos referidos artigos, o discurso proposto por Mattoso Câmara nas décadas de 1950 e 1960.

O primeiro artigo publicado por Mattoso Câmara na Revista Letras do Paraná data de 1955, quando o contexto político brasileiro era de agitação em função do recente suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Nesse momento de tensão no país, Mattoso Câmara publicava suas considerações acerca da temática de Língua e Cultura.

Figura 1 – Capa do volume 4 da Revista Letras, 1955.



Fonte: Revista Letras do Paraná, vol. 4, setembro de 1955.

No artigo “*Língua e Cultura*”, publicado em 1955, Mattoso Câmara conceitua o que entende por língua e por cultura para poder estabelecer, no decorrer do artigo, a relação entre ambas.

Creio não estar errado, diante dos meus colegas que são antropólogos, dizendo que de maneira geral a cultura é neste caso o conjunto do que o homem criou na base das suas faculdades humanas: abrange o mundo

humano em contraste com o mundo físico e o mundo biológico (CÂMARA, 1955, p. 51).

No artigo em questão, Mattoso Câmara afirma que não é obrigação de um professor de Linguística definir o que é cultura, mas que é necessário definir, no texto, para conseguir refletir e discutir sobre outras questões. Sua linha de pensamento para alcançar as definições baseia-se nas reflexões apresentadas na monografia de Joseph Niedermann. É a partir do resumo de tal monografia que Mattoso Câmara consegue estabelecer as definições de língua e cultura.

Nesse sentido, o autor considera que seu ponto de vista não se distancia daquele sustentado pelos antropólogos, pois define cultura “como um conjunto no qual o próprio homem criou com base nas faculdades humanas. Este conjunto estaria em relação com o mundo físico e o biológico”.

A partir disso, o autor explica que, em um fato de cultura, há um nível superorgânico (humano) partindo-se do inorgânico, ou seja, o nível humano se superpõe ao orgânico (biológico) e ao inorgânico (físico). Nas palavras do autor:

Trata-se da utilização dos sons produzidos pelos nossos órgãos vocais para o fim da comunicação entre os membros de uma dada sociedade. Esses sons são fenômeno físico, a que se superpõe o fenômeno biológico (produção pelos nossos órgãos vocais); são SONS (fenômeno inorgânico) plus VOCAIS (fenômeno orgânico). Mas os dois níveis conjugados ainda não constituem linguagem: esta só se realiza quando os sons vocais criam a comunicação no nível superorgânico. Então o produto vocal adquire um valor humano e é linguagem. Trata-se, pois, essencialmente, de um fato cultural; é um produto do homem na base das suas faculdades humanas, tanto como outros produtos materiais ou mentais (CÂMARA JR., 1955, p. 52).

Com relação à linguagem, Mattoso Câmara considera que a sua definição depende da comunicação. O autor exemplifica o seu ponto de vista, contrastando a comunicação dos animais com a dos humanos. Mattoso Câmara considera que não é possível afirmar que não há intuito na comunicação dos animais, mas, como são seres irracionais, o que acontece é, na realidade, uma “exteriorização emotiva”, sons vocais em um nível sub-humano. Dessa forma, a linguagem, com intuito de comunicar é o que, segundo as ideias de Mattoso, vai nos diferenciar dos seres irracionais.

O nível humano consiste na simbolização, ou seja, a linguagem é caracterizada por segmentos vocais articulados de significação permanente que se repetem nas mesmas circunstâncias.

Já a língua é o resultado da cultura, o meio pelo qual ela opera. Existe para englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la. Nesse sentido, a língua se opõe ao resto da cultura sendo uma ciência independente: a linguística em face da antropologia.

A partir disso, o autor discute as condições que fazem a língua ser diferente dos fatos não vocais de cultura:

Em primeiro lugar, funcionando na sociedade para a comunicação dos seus membros, a língua depende de toda a cultura, pois tem de expressá-la a cada momento; é um resultado de uma cultura global. Ora, isso não acontece necessariamente com os outros aspectos da cultura: em cada um deles se refletem outros (as concepções religiosas na arte, a arte na indústria e assim por diante), mas nenhum deles existe para expressar todos os outros. Assim a língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente (CÂMARA JR., 1955, p.53).

Desse modo, a língua é um fato de cultura como qualquer outro e a sua função é expressar esta cultura, permitindo, assim, a comunicação social.

Por fazer parte da cultura, a língua pertence teoricamente à Antropologia. Sendo assim, o estudo da língua esclarece muitos problemas antropológicos, como também o estudo antropológico esclarece problemas linguísticos.

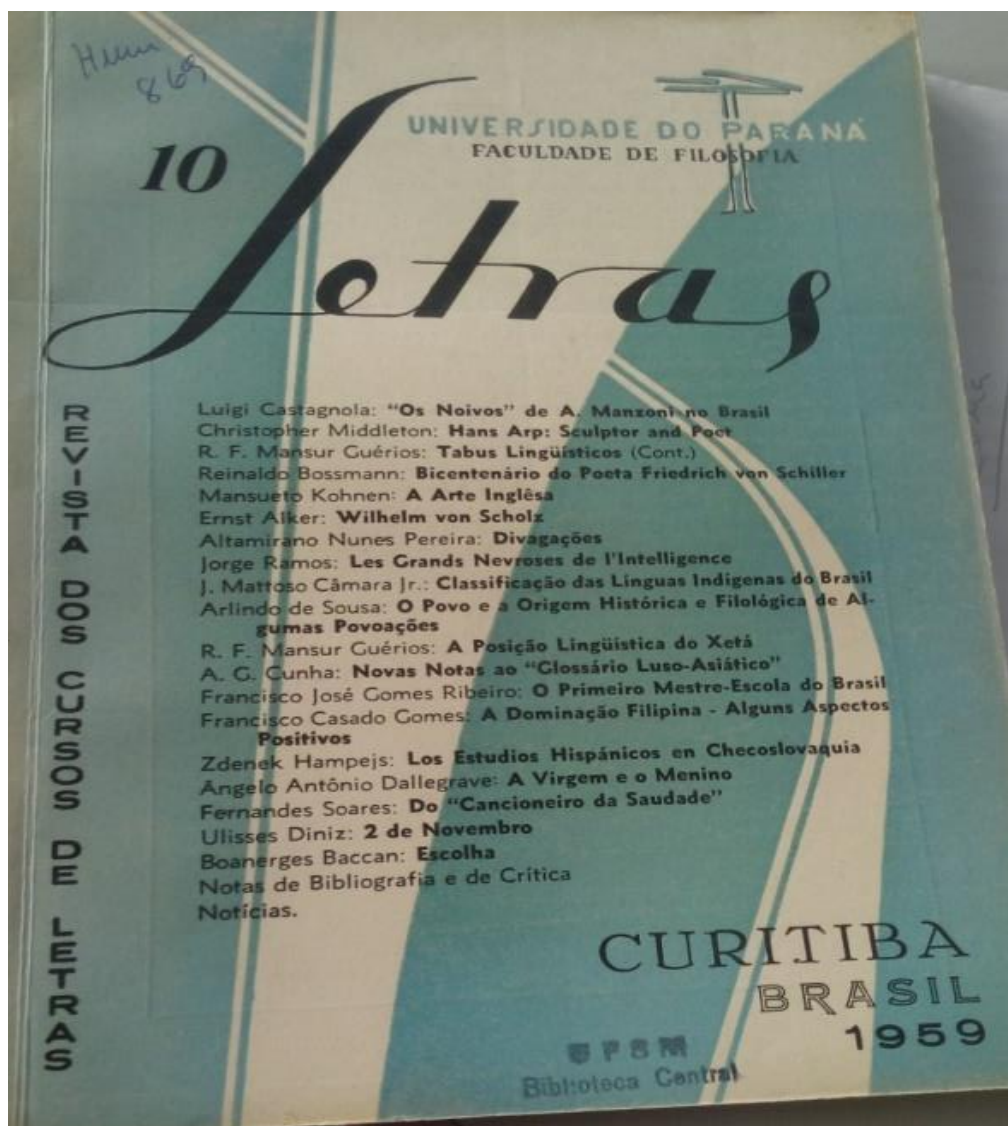
Outro ponto importante a ser destacado em relação ao texto em questão é o de que Mattoso Câmara considera a língua como um modelo de estruturação cultural e a Linguística, com seus métodos, um modelo de ciência social.

Linguística pode, entretanto, ainda aqui, estudar essa forma interna em si mesma, sem procurar relacioná-la com o resto da cultura; e é o que faz geralmente. Assim o linguista depreende numa língua o dual ao lado do plural, noutra uma distribuição dos nomes em gênero animado e inanimado em diretrizes às vezes surpreendentes, noutra outra distribuição em função do sexo, numa a expressão sistemática do tempo verbal, noutra de preferência a expressão de certos aspectos da ação verbal, numa uma apresentação dinâmica, ou verbal, da frase, noutra uma apresentação estática ou nominal, e assim por diante. A grande especialização que o estudo da língua exige, torna árduo ao linguista aprofundar-se de tal modo na antropologia que fique em condições de estudar a forma interna da língua em função da cultura concreta do povo que a fala (CÂMARA JR., 1955 p. 56).

Para finalizar o artigo, o autor resume o tema, retomando que a língua é parte da cultura, porém, ela tem uma parte autônoma, que se opõe ao resto da cultura. A língua pode ser explicada, até certo ponto, pela cultura e, ademais, a língua explica até certo ponto cultura, mas apresenta uma individualidade própria que deve ser estudada em si. A língua apresenta um progresso que é o seu reajustamento incessante com a cultura. É uma estrutura cultural modelo, que nos permite ver a estrutura menos nítida, imanente em outros aspectos da cultura. A língua se modifica com o decorrer do tempo e com as mudanças que acontecem na cultura, nesse sentido, ela progride porque não é um sistema fechado.

Na capa do volume 10 publicada em 1959, Mattoso Câmara publica o texto “Classificação das Línguas indígenas do Brasil”, demonstrando interesse para a temática das línguas indígenas brasileiras.

Figura 2 - Capa do volume 10, da Revista Letras, 1959.



Fonte: Revista Letras Paraná, vol. 10, 1959.

Em "*A classificação das línguas indígenas do Brasil*" (1959), Mattoso Câmara considera que as línguas indígenas do Brasil eram objeto de várias classificações. No início do artigo, ele destaca as línguas mais modernas.

As classificações das línguas procuravam o compromisso de serem genéticas e o meio para isso, era dividir as línguas por parentesco com a finalidade de encontrar hipoteticamente uma origem comum. Este critério permitia numerosos quadros e divisões que favoreciam uma organização dos pesquisadores diante da multiplicidade das línguas. Todavia, apesar de sua utilidade organizacional e meramente prática, este critério não tinha valor científico.

Os critérios do princípio genético eram geográficos ou etnográficos, ou seja, um critério muito limitado, que acabava apelando para o conceito de língua mista.

Nesse sentido, o autor critica a forma como os pesquisadores classificavam as línguas indígenas naquela época, pois, segundo ele, os dados eram precários e incertos. A classificação genética é resultado da comparação gramatical que exige um conhecimento sobre as línguas comparadas, levantamentos das formas gramaticais e uma perspectiva de tempo, para que seja possível traçar uma linha evolutiva dos sistemas e dos sons.

Esse método, segundo Mattoso Câmara, funcionou por um determinado tempo com as línguas indo-europeias e semíticas, mas sempre se mostrou precário. Na época da escrita do artigo, o método em questão não era mais considerado válido, devido a uma nova conceituação proposta pelo comparativismo linguístico.

Com relação às pesquisas e às técnicas, Mattoso Câmara estava confiante, pois a etnologia linguística norte-americana desenvolvia-se para as línguas da América do Norte, com trabalho descritivo e amplo que estava beneficiando a América do Sul, incluindo o Brasil. De acordo com o autor, era:

[...] de esperar que com o correr do tempo tenhamos descrições plenas e satisfatórias das línguas indígenas ainda existentes, que deixarão a perder de vista os sumários e inadequados vocabulários com que quase exclusivamente trabalharam os autores das classificações até agora feitas. Por outro lado, os princípios da geografia linguística, transpostos para o âmbito ameríndio, permitem compensar, até certo ponto, a falta de documentação temporal, que tem impedido estabelecer as cadeias evolutivas: as formas distintas cognatas podem ser agrupadas numa ordem de sucessão que dará, na base das línguas atuais, a perspectiva da evolução das formas. (CÂMARA JR., 1959, p. 58)

Segundo Mattoso Câmara, a nova conceituação do comparativismo cedeu lugar a uma atitude mais liberal. Para o autor, as palavras não culturais, que se referiam às coisas e às atividades básicas da vida social, apresentam um índice de manutenção, modificam-se através do tempo e somente são substituídas gradualmente, até com certa velocidade regular. Esse fato resultou em um novo levantamento, de um novo tipo de vocabulário, o qual Mattoso Câmara considerava possível utilizar com eficiência no trabalho comparativo e na classificação das línguas.

O fator da velocidade regular do vocabulário, na substituição dos itens, permitia uma avaliação temporal das línguas, ou seja, uma cronologia comparativa entre elas, ou "glotocronologia". Acresce a circunstância de que a linguística já não

se além, exclusivamente, ao ideal de uma classificação genética perfeitamente comprovada e indubitável. Neste particular, segundo Mattoso, os estudiosos que se dedicavam às línguas indígenas brasileiras podiam recorrer ao conceito do "parentesco provável".

As classificações vigentes para as línguas indígenas da América do Norte assentavam-se, então, nos critérios do comparativismo liberal e nas possibilidades de parentesco. Entretanto, a classificação genética não era a única diretriz no problema classificatório das línguas. A ciência contemporânea já tinha uma atitude de considerar que a única classificação cientificamente válida, em matéria de línguas, era a que se assentava no parentesco, ou seja, em famílias cujos membros ligavam-se por uma origem comum.

A linguística da época, a qual Mattoso Câmara intitula como hodierna, aceitava três tipos de classificação para as línguas, cada qual com as suas vantagens, aplicações e oportunidades distintas: a genética, a areai e a tipológica.

A classificação "areai" não era fundamentada em um simples critério geográfico, que podia não interessar para a linguística. A classificação fundamentava-se antes no princípio da difusão dos traços linguísticos, através de línguas variadas em contato geográfico. O objetivo era reunir em grupos as línguas contíguas que apresentam, em virtude da difusão, semelhanças de estrutura gramatical ou de formas vocabulares básicas.

Para explicar a importância da classificação "areai" para a antropologia cultural, Mattoso Câmara referencia Greenberg: "É evidente, portanto, que é a área linguística, e não a família lingüística, que corresponde à área cultural, tanto nos processos históricos de formação como nas mais importantes características formais" (Greenberg, cit., pág. 68). Greenberg insiste que a importância desta classificação é grande para a antropologia.

Desse modo, segundo Mattoso Câmara, há uma evidente correlação entre as áreas linguísticas assim obtidas e as áreas culturais, pois umas e outras decorrem de influências por contato, e os critérios linguísticos, que serviram para o estabelecimento de um grupo areai de línguas podem ser utilizados pelo antropólogo, ao lado dos seus critérios não linguísticos, para determinar uma área cultural. Entretanto, a adoção de classificações areais não excluiu a de classificações genéticas. Para Mattoso Câmara, é até conveniente a existência das classificações genéticas para que seja possível determinar com mais precisão os

traços em comum provenientes da difusão, os quais são, em princípio, a justificação das línguas.

Por outro lado, o levantamento de traços linguísticos comuns, independentes do parentesco linguístico, leva, naturalmente, ao critério tipológico para a classificação das línguas, abandonado até bem pouco em virtude da avassaladora importância dada ao critério genético. A diferença básica e essencial entre uma classificação por áreas e uma classificação por traços linguísticos típicos é que, nesta última, não é considerado o fator de difusão. As classificações tipológicas partem de um pressuposto de que há tipos gerais de estrutura linguística e que por eles é possível separar ou reunir as línguas.

Edward Sapir foi o primeiro teorista a oferecer à linguística um quadro geral de traços tipológicos para base de uma classificação das línguas.²⁰ Segundo Mattoso Câmara, o quadro em questão é extremamente complexo, e exige um enorme conhecimento da estrutura de cada língua, em amplitude e profundidade. Nesse sentido, seria utópico procurar aplicá-lo às línguas indígenas do Brasil, pois só naquela época que o campo de pesquisa estava começando a dirigir a pesquisa em linhas verdadeiramente rigorosas.

Para o autor, é muito mais operacional o critério apresentado por Greenberg, como reformulação do quadro de Sapir (*Methods and Perspective in Anthropology, Minneapolis, 1954*, pág. 192 ss.). A sua maior vantagem de aplicação é partir de um texto limitado e não de um estudo geral e sistemático da língua; a proposta de Greenberg é, nos termos do autor, uma classificação de base "pragmática" e não "sistêmica".²¹

Desse modo, Mattoso Câmara considera uma classificação de bases morfológicas, assentada essencialmente na estrutura do vocábulo e no comportamento dos afixos em relação à raiz. Compreende-se, não obstante, que há outras linhas tipológicas possíveis de adoção. A estrutura fônica, por exemplo, é um dado muito importante, que podia servir de roteiro para a nossa classificação tipológica.

A partir da estrutura fônica, pode-se levar em conta a natureza do acento, a estrutura da sílaba, os fonemas preferenciais no início ou no fim dos vocábulos, as classes de consoantes que funcionam na língua ou seu vocalismo. É assim, por

²⁰ Cf. *Language, an introduction to the study of speech*, New York, 1921.

²¹ Cf. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1958, p. 5-7.

exemplo, que a Língua Portuguesa se distingue tipologicamente da Língua Italiana, pela ausência de consoantes geminadas; distingue-se, ainda, da Língua Francesa pela presença de paroxítonos e proparoxítonos e de /x/ e /s/ finais; em relação à Língua Espanhola, há a diferenciação por um vocalismo distinto conforme a posição da vogal é átona ou tônica.

O próprio léxico pode ensejar uma classificação tipológica de natureza vocabular, com implicações antropológicas interessantes, porque aí se revelarão associações semânticas de interesse cultural em certos campos semânticos como o dos termos de parentesco, o dos fenômenos atmosféricos, os de certas atividades sociais. A partir do que Charles Hockett considera como “o núcleo gramatical” (*The grammatical core*), Mattoso Câmara propõe conduzir uma classificação tipológica, focalizando-se em um desses quatro aspectos:

1) o sistema de partes do discurso (por exemplo — verbos distintos de nomes, substantivos distintos de nomes, substantivos distintos de adjetivos, espécies de pronomes etc.);

2) as categorias gramaticais (espécie de gênero, tempo versus aspecto verbal, espécies de modos verbais etc.);

3) os "functores" ou elementos gramaticais;

4) os tipos frasais e as construções léxicas²²

Para finalizar o artigo, Mattoso Câmara elabora um roteiro com o objetivo de realização de um debate, considerando os temas discutidos anteriormente. Apresentamos abaixo o roteiro em questão:

1) Que espécie de classificação genética pode-se realizar nas línguas indígenas brasileiras? Convém, aí, uma atitude liberal e mesmo o objetivo de um parentesco “provável”, em vez de firmemente estabelecido?

2) Até que ponto podemos nos beneficiar das técnicas da glotocronologia para a execução de uma classificação genética das nossas línguas indígenas?

3) Há vantagem em tentar uma classificação areal das línguas indígenas brasileiras, ao lado dos esforços para a classificação genética?

4) Até que ponto uma classificação tipológica pode suprir a falta de uma classificação genética?

²² Cf. C. Hockett, *A Course in Modern Linguistics*, New York, 1958, p. 265.

5)Quais os critérios tipológicos que se devem preferir? Convém contentarmonos com uma classificação "pragmática"?

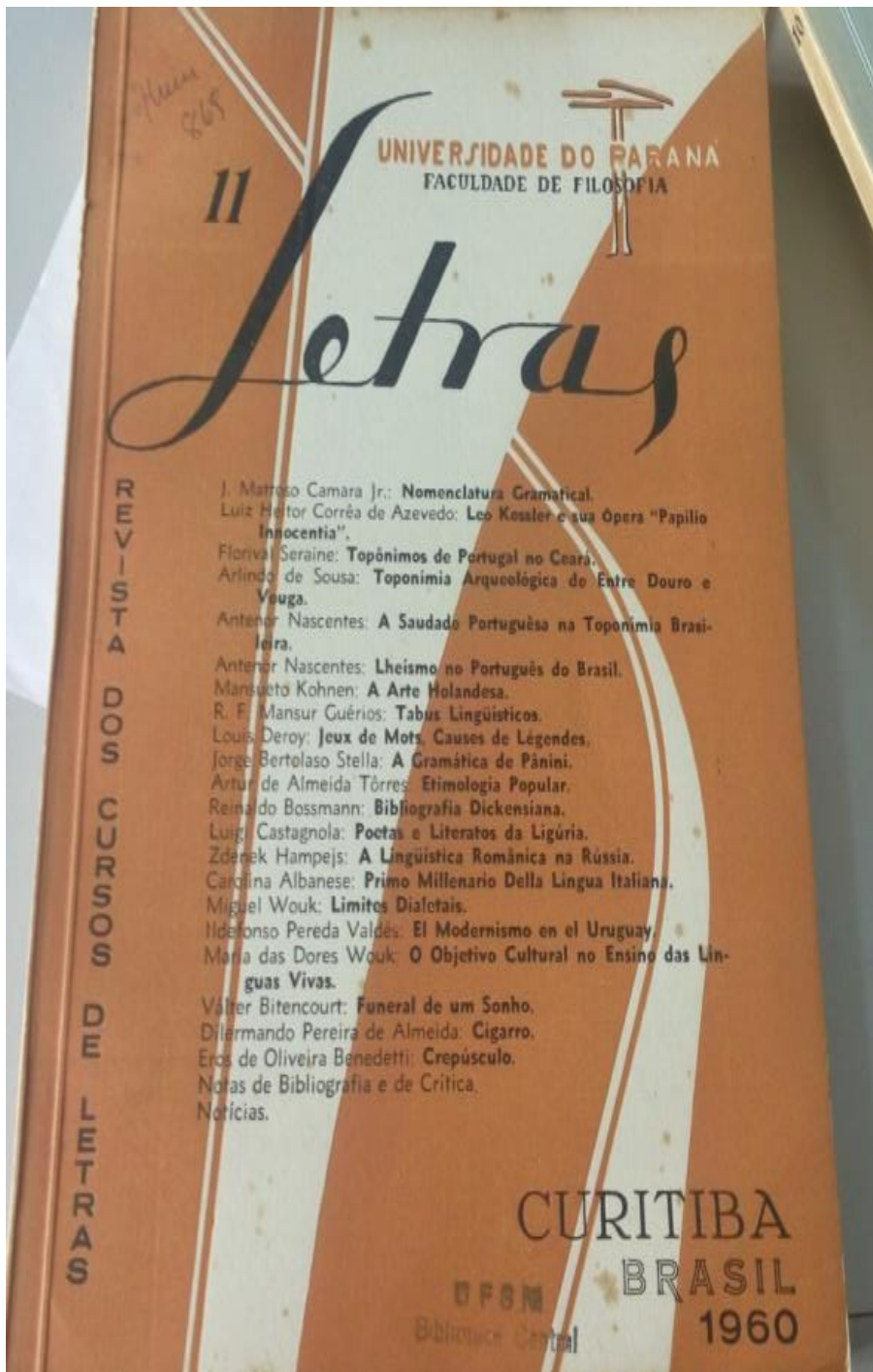
6)Deve-se optar por uma classificação tipológica em vez de uma classificação genética, ou deve uma servir de complemento para a outra?

7) Como se deve proceder à classificação dos subgrupos por um critério essencialmente linguístico? Há vantagem relevante em se apelar para o método da estatística vocabular de Gleason? Até que ponto se pode postular uma dialeção em cadeia?

8)Quais as espécies de pesquisas linguísticas que se tornam mais importantes para facilitar e apressar o trabalho de classificação das línguas indígenas brasileiras?

Enquanto em 1959 o foco de Mattoso Câmara estava em compreender quais os melhores critérios/métodos para classificar as línguas indígenas, na edição de 1960, o autor discorre sobre outro tema: a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). A escolha da escrita desse tema acontece devido ao fato de que, com o estabelecimento da NGB, a gramática perde seu estatuto de ciência e passa a significar como norma.

Figura 3 - Capa do volume 11 da Revista Letras, 1960



Fonte: Revista Letras, vol 11, 1960.

No artigo "*Nomenclatura Gramatical*", Mattoso Câmara esclarece que foi convidado pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia para comentar a nova nomenclatura gramatical brasileira. O autor inicia justificando que, por não ter participado da Comissão Elaboradora/ Revisora, é possível que não tenha

compreendido a verdadeira intenção da NGB, mas, para evitar que isso aconteça, fornece outras fontes de leitura que considera seguras:

Da minha parte, tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No séc. XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. A Alemanha é a terra da Filosofia; no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua. (CÂMARA JR., 1960, p.2)

De início, Mattoso Câmara considerava dois fatores decorrentes para a multiplicidade de gramáticas: o primeiro fator era caracterizado pela epidemia de termos novos e o segundo fator considerado foi o fato de as divergências doutrinárias tornarem-se profundas.

O primeiro fator, o da multiplicidade, foi fácil de eliminar com a Nomenclatura Gramatical, já o segundo impunha uma tomada de posição da NGB que, no caso, não aconteceu. Além disso, neste artigo ficou evidente a admiração que Mattoso Câmara tinha por Said Ali, pois segundo ele, Said Ali, foi “o maior teorista gramatical”.

Com relação ao seu objetivo Mattoso Câmara ressalta que não procurou focalizar nas falhas por dois motivos:

1) as falhas, para o autor, são secundárias, e não prejudicam profundamente as linhas mestras do edifício elaborado;

2) o autor odiava a atitude de crítico de obras feitas, que, segundo ele, é sempre negativa e estéril. Mattoso preferia uma atitude construtiva, a fim de ressaltar e salientar alguns pontos considerados como acertos da NGB.

Nesse sentido, com o intuito de colaborar as ideias propostas pela NGB, Mattoso Câmara discute, no artigo, questões que eram consideradas na época como incompreensíveis e com certa resistência. Em primeiro lugar, Mattoso Câmara propõe considerar o tratamento dado aos conceitos de adjetivo e de pronome. Segundo Mattoso, há uma velha tradição, no ensino gramatical, em fazer do adjetivo uma classe de palavras no mesmo plano dos substantivos e dos pronomes e subdividi-la em uma subclasse de adjetivos qualificativos e subclasse de adjetivos determinativos. Mattoso Câmara adverte que os inconvenientes dessa atitude são múltiplos e profundos.

Uma falha que o autor aponta em tal prática foi a de não compreender e respeitar a natureza sintática de um adjetivo (palavra que não funciona isolada na frase, mas se opõe à outra como modificadora ou "determinante", sendo essa outra um "substantivo"), uma palavra que, na frase, "subsiste" por si.

Já entre nome e o pronome temos, ao contrário, uma distinção de natureza semântica: o nome "designa", ou "nomeia", enquanto o pronome "situa". O conceito, segundo Mattoso Câmara, para o pronome, de palavra que fica em lugar do nome, é válido, não no sentido sintático (palavra que na frase substitui o nome), mas no sentido semântico (palavra que substitui a "designação" por uma "indicação de situação").

Compreende-se, assim, que haja nomes — substantivos, que figuram isolados na frase, e nomes adjetivos, quando modificam um substantivo; da mesma sorte, há — pronomes substantivos e pronomes adjetivos. A NGB não deixou claro o conceito de nome substantivo e nome adjetivo, porque suprimiu o termo englobador "nome", mas estabeleceu a divisão dos pronomes em substantivos e adjetivos e frisou que "adjetivos" são chamados "qualificativos". Além disso, a NGB também eliminou a classe dos adjetivos determinativos, que fragmentava a grande classe dos pronomes e separava em compartimentos pares vocabulares tão evidentemente associados como as séries demonstrativas (este-isto etc.), as partículas pessoais e as possessivas (eu, me, mim, meu etc.) e as séries de indefinidos (algun-alguém etc.).

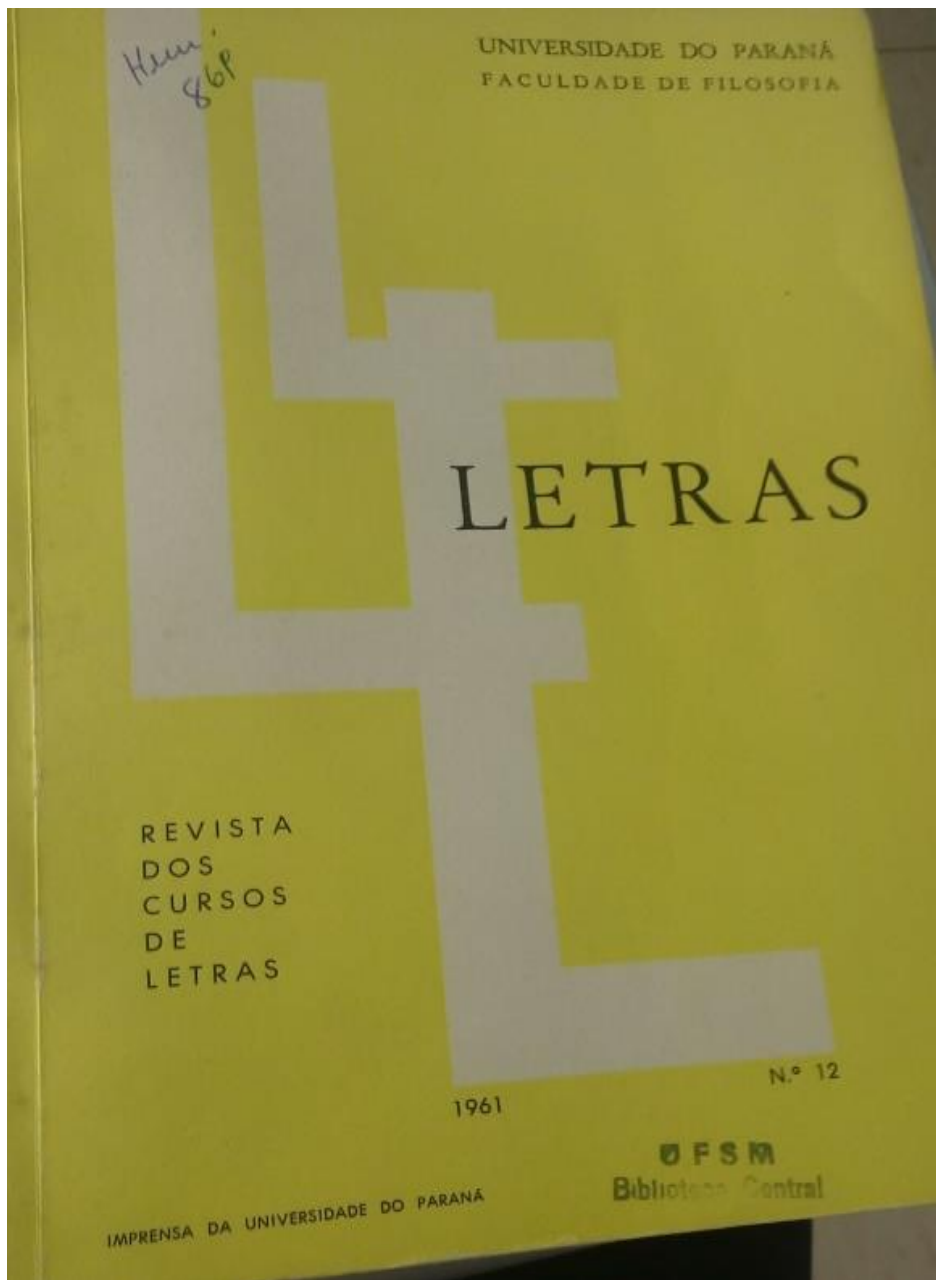
Outro ponto determinante é que a NGB também aboliu a situação artificial de ora classificar uma palavra como pronome, ora como adjetivo determinativo, noutra classe completamente distinta, tendo como exemplo: "aquele que fala...", aquele — pronome; "aquele homem...", aquele adjetivo determinativo (o que só se evitava por um artifício ainda maior, o de considerar em "aquele que" um substantivo elíptico, para pôr a palavra entre os adjetivos determinativos também).

Em outros termos, segundo Mattoso Câmara, é possível dizer que as divisões nome-pronome, de um lado, e substantivo-adjetivo, de outro, não estavam em um mesmo plano, mas constituíam duas hierarquias: uma de plano semântico (designação-situação, para nome-pronome) e outra de plano sintático, ou frasal (substantivo-adjetivo, ou seja, emprego autônomo e emprego como elemento modificador).

A segunda divisão se enquadra na primeira e dá para cada membro da primeira dois sub-membros de uma subdivisão do mesmo tipo: nome (substantivo-adjetivo), pronome (substantivo-adjetivo).

A capa da edição de número 12 da Revista Letras difere das outras analisadas até então. A sinalização da publicação de Mattoso Câmara para o leitor é encontrada no índice e não mais na capa da revista.

Figura 4 - Capa do volume 12 da Revista Letras, 1961.



Fonte: Revista Letras Paraná, vol. 12, 1961

Como o título do artigo já indica, em “*As ideias gramaticais de João Ribeiro*”, logo no início do texto, Mattoso Câmara explica que irá apresentar considerações sobre as ideias gramaticais de João Ribeiro, pois, segundo o autor, é de alta importância fazer um exame sistemático de duas ordens (crítica e interpretativa) das ideias dos gramáticos mais relevantes do passado. Nesse sentido, podemos analisar que Mattoso está dando um lugar de destaque para as ideias do gramático João Ribeiro em relação a outros linguistas.

Os estudos linguísticos encontravam-se numa encruzilhada, prontos para o início de uma nova fase, em um momento em que vários trabalhos novos estavam surgindo, o que deixava Mattoso Câmara esperançoso em relação ao futuro. Algumas soluções que o autor considerava como justas estavam surgindo para problemas teóricos complexos, como o conceito de correção em face da eterna transformação da língua; conflito entre a verdade histórica e o valor atual das formas; ideal de língua pura na defensiva perante aos empréstimos que, segundo Mattoso Câmara, são constantes, inevitáveis e necessários, considerando o aspecto social da língua. Além disso, um pouco distanciados da preocupação logicista, estavam se aperfeiçoando os métodos de interpretação e os de exposição gramatical.

Com os avanços e as possíveis soluções para os problemas difíceis de serem resolvidos no campo dos estudos linguísticos, Mattoso Câmara considera que aquele era um momento oportuno para voltar ao passado (movimento de retrospectão), tomando consciência em relação às ideias dos estudiosos antecessores. Essa tomada de consciência envolvia refletir sobre o que os antecessores estavam pensando na época; onde eles erraram; em que ponto aproximaram-se da verdade. Retomar o passado para pensar o presente é a condição necessária que Mattoso Câmara coloca para a Linguística se desenvolver como ciência.

A partir desse ponto, o autor explica o porquê de estar retomando as ideias de João Ribeiro: a figura de João Ribeiro destaca-se por um conjunto de características que o fazem ser um modelo/exemplo para os estudiosos. Com relação à personalidade de João Ribeiro, o autor revela que ele estava sempre envolvido em discussões de sua época, quer sejam de bom gosto, como também de mau. Disfarçado sob a expressão literária, muitas vezes o debate de João Ribeiro resultava em agressões pessoais a partir da arte satírica.

Outra característica importante de João Ribeiro era a constante revisão de suas próprias ideias. Na sua 7^o edição do livro *Autores Contemporâneos*, João Ribeiro oferecia dois sistemas de ortografia. Um dos sistemas era a simplificada da Academia Brasileira de Letras, que aparecia nas anotações e o outro sistema era o usual (etimológica) que aparecia nos textos de autores e na introdução.

Mattoso Câmara intitula João Ribeiro como “pouco gramático”, pois ele não tinha princípios que se enquadravam perfeitamente:

Ora, ao gramático tem de se exigir um mínimo de sistematização coerente, onde os princípios se enquadrem de maneira harmônica e rigorosa. E, se aceitarmos esse ponto de partida, temos de reconhecer que João Ribeiro era pouco gramático, não por falta de perspicácia gramatical (que a tinha muito grande), mas por tendência mental de pesquisador curioso e assistemático (CÂMARA JR., 1961, p.25).

O que significa dizer que João Ribeiro era pouco gramático? Ser rigoroso e sistemático? Mattoso Câmara atribui esse *pouco gramático* à característica de pesquisador de João Ribeiro.

Um ponto interessante deste artigo, além do destaque para as ideias de João Ribeiro, é a referência, novamente, a Said Ali. Mattoso Câmara afirma que João Ribeiro contribuiu muito no campo da gramática, apesar de não ter uma sistematização e uma formulação estruturada como Said Ali em *Gramática Secundária*.

Além disso, o autor defende que a gramática superior de João Ribeiro apresenta soluções e interpretações que merecem um exame atento dos estudiosos da época. Importante perceber esse movimento ao passado para pensar em um futuro para a linguagem. É fundamental essa tomada de consciência de Mattoso perante aos estudiosos antecessores de sua época.

Dentre os conceitos que Mattoso Câmara considera como fundamentais e que foram defendidos por Ribeiro está o de Gramática (a arte que ensina a ler e escrever corretamente) e a reserva ao campo da pesquisa linguística a Gramática descritiva e que estrutura os fatos da língua.

Outro conceito que acaba sendo abordado no artigo é o de correção que estão expressos em duas citações que discutiremos:

As duas diretrizes, que parecem verdadeiramente seguras nesse particular, são a da eficiência da comunicação, que é onde se firma Jespersen, e a do modelo linguístico da situação social a que a comunicação tem de servir,

que é em última análise a orientação de Charles Fries no inglês americano. Evidentemente elas se complementam para dar ao ensino escolar um objetivo nítido e consciente: de um lado, na preparação para o manuseio da língua literária e da língua escrita geral, que na língua literária em grande parte se nutre; de outro, na padronização de hábitos linguísticos orais em consonância com o que as camadas ilustradas de uma comunidade espontaneamente aceitam sem surpresa ou estranheza (CÂMARA JR, 1961, p. 27).

Para o autor, duas diretrizes são essenciais em torno da discussão sobre o conceito de correção: a eficiência da comunicação proposta por Jespersen e o modelo linguístico de situação social que a comunicação tem de servir, proposto por Charles Fries. O primeiro, diz respeito ao fato de que a comunicação acontece mesmo com os “erros” e o segundo é que mesmo a língua literária (considerada como culta) faz uso dos hábitos linguísticos orais.

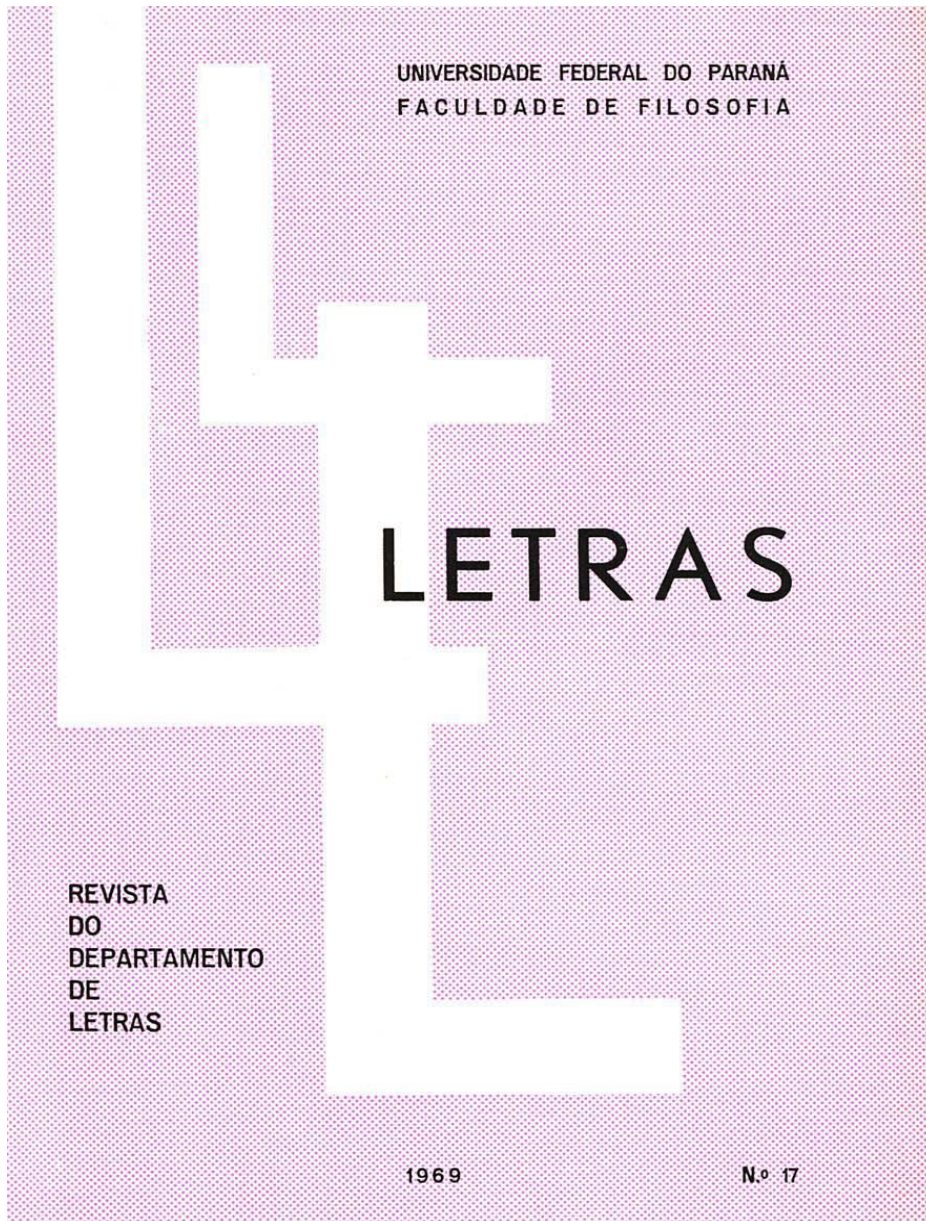
Mattoso Câmara, nesse trecho, discute o cuidado que João Ribeiro tinha para com os considerados clássicos da literatura (várias notas de dedicação e admiração), mas que, na realidade, apresentava uma determinada “simpatia” com a língua popular, o que para um gramático tradicional era inadmissível.²³

À primeira atitude — a do chamado “respeito aos clássicos” — João Ribeiro pagou durante algum tempo o seu tributo, como mostram muitas notas dos Autores Contemporâneos. Mas já na *Selecta Clássica* toma de preferência a atitude de um pesquisador objetivo e revela atenção e simpatia para com os fatos da língua popular, que em regra para o gramático tradicional são “erros” absolutos (ou, como se diz no seu linguajar pseudo-literário, “vitandos”), em vez do que são a rigor na realidade lingüística — “vulgarismos”, que, no teor de linguagem para que a escola prepara os jovens, se rejeitam ou só se aceitam com estranheza (CÂMARA JR, 1961, p. 28).

A edição de 1969, cuja capa está na figura 5, apresenta uma mudança em relação às outras capas: as edições anteriores apresentavam a revista como pertencente aos cursos de Letras e, na edição de 1969, a revista é apresentada como filiada ao Departamento de Letras. Novamente, o leitor precisa procurar no índice quais os assuntos abordados.

²³ Os vulgarismos, a língua popular, eram considerados para um gramático tradicional como erros, mas, na verdade esses “erros” são vícios de linguagem comuns no dia-dia. O vulgarismo, por exemplo, não impede a comunicação, apesar de ir contra a norma culta.

Figura 5- Capa do volume 17 da Revista Letras, 1969



Fonte: Revista Letras Paraná, nº 17, 1969

O texto *“Os estudos de Português no Brasil”* (1966), é resultado de uma comunicação apresentada no VI Colóquio Internacional Luso-Brasileiro, realizada em setembro de 1966, em Cambridge Mass (Harvard University) e New York (Columbia University).

A divisão natural para a história crítica dos estudos lingüísticos no Brasil é em duas épocas: uma, passada, cujo término se pode fixar sem maior inexatidão no fim da quarta década do nosso século; outra, presente, que está se desdobrando diante de nós. E' claro que, quando falamos em

passado aqui, estamos sempre nos referindo a uma época recente. Não se trata de um conceito quantitativo, em número de anos distantes, mas antes qualitativo, em termos de renovação de atitudes mentais, nítida e inconfundível. Os próprios estudiosos não se distribuem rigorosamente todos numa e noutra época. Há figuras que pertencem a ambas e apresentam na sua posição individual a mesma distinção, com uma inegável mudança. (CÂMARA JR., 1969, p. 23)

Mattoso Câmara inicia este texto considerando a periodização como um fator imprescindível para os estudos de português no Brasil. O passado ao qual ele se refere seria a segunda parte do século XIX, quando a linguagem passou a ser objeto da ciência em Portugal. Dentre os problemas do passado e do presente, o autor considera o da norma para a língua literária, compreendida como língua geral escrita e estilo formal público da língua oral, ao contrário da língua de literatura, com finalidade estética. Entre outros temas do momento, estava o debate sobre a teoria gramatical e pesquisas filológicas.

O desenvolvimento de estudos fonéticos era voltado para as línguas populares e para diferenciação geográfica e social. Nesse ponto, o autor considerava três pontos cruciais para a problemática da linguística no Brasil: primeiro, a posição da língua literária em face da língua popular. Em seguida, a questão da unidade da língua portuguesa de um e de outro lado do Atlântico. Finalmente, na dependência íntima das conclusões daí decorrentes, as linhas diretrizes por que se deve pautar o estudo da língua materna no Brasil.

A teoria gramatical, no primeiro período dos estudos linguísticos, apresentou o que Mattoso Câmara considerou como um *aspecto tripartido*. A elaboração da teoria da frase se baseava na "análise lógica" ou "análise sintática". Nessa época, aconteciam muitas divergências e conflitos entre os teóricos, mas sempre numa linha diretriz lógica.

3.3 AS TAREFAS DA LINGUÍSTICA NO BRASIL: MATTOSO UM LINGUISTA POR EXCELÊNCIA?

O professor Aryon Rodrigues (1966) considera que as tarefas da Linguística no Brasil, podem ser divididas em duas esferas: a da Linguística Pura e a da Linguística Aplicada, tendo, cada uma delas, tarefas específicas pertinentes e, em alguns casos, de caráter emergente. A Linguística Pura é definida como "propriamente a ciência da linguagem", destinada a investigar, pesquisar e ampliar

conhecimentos acerca da língua e da linguagem. Já a Linguística Aplicada, é “a aplicação daqueles conhecimentos à resolução de problemas práticos ou de problemas de outras ciências.” Aryon Rodrigues resume da seguinte forma:

Quem faz Linguística Pura faz linguística em si e por si, para descobrir como são as línguas, qual a natureza de cada idioma em particular, quais as características gerais das línguas e do fenômeno linguagem. Quem faz Linguística Aplicada faz uso desses conhecimentos em atividades práticas, como o ensino de línguas, a resolução de problemas de tradução automática ou alfabetização, a análise de estilos literários de documentos arcaicos, etc. (RODRIGUES, 1966, p. 4 e 5).

Para a Linguística Pura, das tarefas apontadas pelo professor Aryon Rodrigues, a primeira tarefa mencionada é a investigação das línguas indígenas. Por mais que a existência de em média 100 a 150 línguas indígenas no Brasil fosse comprovada, naquela época (1966) não havia conhecimentos sobre elas, como também não existiam equipes de linguistas suficientes destinados a esse trabalho.

Já a segunda tarefa da Linguística Pura mencionada, é a investigação da Língua Portuguesa, de caráter descritivo, com o objetivo de conhecer o funcionamento dessa língua.

A terceira tarefa é a investigação de línguas europeias e asiáticas, pois Aryon Rodrigues considera que o panorama das línguas brasileiras vai além da Língua Portuguesa e das línguas indígenas. Desse modo, é necessária a compreensão em relação às outras línguas de minorias no país, como o japonês, ucraniano, alemão, italiano, árabe, entre outras. A compreensão sobre as línguas minoritárias auxiliaria, então, na compreensão sobre a nossa própria língua. Essas línguas consideradas como minoritárias têm sua existência há mais de 100 anos no Brasil, passando por processo de modificações (da língua falada no lugar de origem) e, ainda, compondo o falar em território brasileiro.

A quarta tarefa está relacionada com a compreensão sobre as línguas africanas, mesmo que, na época, muitas das línguas africanas chegadas ao Brasil não fossem praticadas. No entanto, segundo Aryon Rodrigues, é necessário conhecer e investigar as línguas africanas remanescentes em território brasileiro, as quais, em sua maioria, podem ser encontradas em centros religiosos de matriz africana.

No que concerne às tarefas da Linguística Aplicada, temos, em primeiro lugar, a Aplicação ao ensino de línguas e, como central nessa proposta, o ensino da língua

portuguesa como língua materna. O professor considerou importante a reelaboração pedagógica, de modo a diminuir as lacunas no ensino básico. Para isso, Rodrigues considera necessário compreender as características estruturais e as características sociolinguísticas e, a partir daí, pensar no ensino desse saber.

Ainda no que concerne à primeira tarefa da Linguística Aplicada, Aryon Rodrigues lista o ensino da língua portuguesa como língua estrangeira. Para isso, é necessário estabelecer paralelismos e contrastes nas línguas em questão (a materna e a ser adquirida pelo aprendiz), para que seja possível a compreensão daquilo que se mantém e aquilo que precisa ser adquirido. Por fim, para finalizar os tópicos da primeira tarefa, pontua-se o ensino de língua estrangeira para falantes da língua portuguesa.

A segunda tarefa da Linguística Aplicada é, segundo Rodrigues, a aplicação ao estabelecimento e reforma de ortografias, de modo a adequá-la e aperfeiçoá-la. Do mesmo modo, também é necessária a criação de uma ortografia para as línguas indígenas, de modo a elaborar e estabelecer as línguas que ainda não possuíam escrita (gramatização). Essa tarefa proposta pelo professor Aryon Rodrigues chamou a nossa atenção devido ao fato de que, com o passar do tempo, muitas línguas indígenas acabaram desaparecendo justamente pela não existência de uma gramática ou de um dicionário que a fixasse, visto que apenas a oralidade não deu conta de assegurar a permanência destas línguas com o decorrer do tempo.

Retornando ao artigo, "*Tarefas da Linguística no Brasil*" a terceira tarefa proposta por Aryon Rodrigues é a aplicação à alfabetização. Nessa tarefa, propõe-se que se conheça verdadeiramente a ortografia da língua portuguesa e se conceba adequações, pois o autor considera que há muitas incoerências, o que torna mais complexo o processo de alfabetização.

A quarta e última tarefa contemplada no artigo é a aplicação à tradução. Nessa tarefa, o professor Aryon Rodrigues preocupava-se com a tradução mecânica, ainda em processo de implantação na época da escrita do texto. Desse modo, o autor sugere que os profissionais de tradução qualifiquem-se cada vez mais.

Com os estudos e o aperfeiçoamento da Linguística no Brasil, outras áreas do saber podem ser contempladas. Das tarefas citadas pelo professor Aryon Rodrigues, o próprio salienta que essas foram algumas das tarefas emergentes, mas que há muitas outras que devem e precisam ser exploradas. Para o autor, a Linguística

Aplicada possui um papel social maior e que afeta diretamente pessoas alheias aos estudos da Linguística Pura. Entretanto, é nas pesquisas da Linguística Pura que os conhecimentos pertinentes ao ensino e aplicabilidade na sociedade são desenvolvidos e aperfeiçoados.

3.3.1 Um olhar sobre o corpus

Considerando que o arquivo é afetado por questões ideológicas e interpretado por um sujeito ideológico, foi necessário, em um primeiro momento de nossa escrita, retomar questões sobre a carreira do autor, bem como propor uma investigação sobre as condições de produção dos textos vinculados à instituição do Paraná. Desse modo, o percurso que traçamos para seleção do corpus e para análise seguiu, inicialmente, um olhar histórico: publicações autorais de Joaquim Mattoso Câmara Jr. na Revista Letras do Paraná.

O segundo critério para análise foi o de relacionar os textos do autor publicados na revista por nós selecionada e verificar possíveis relações com as quatro tarefas da Linguística no Brasil propostas por Aryon Rodrigues, anteriormente abordadas.

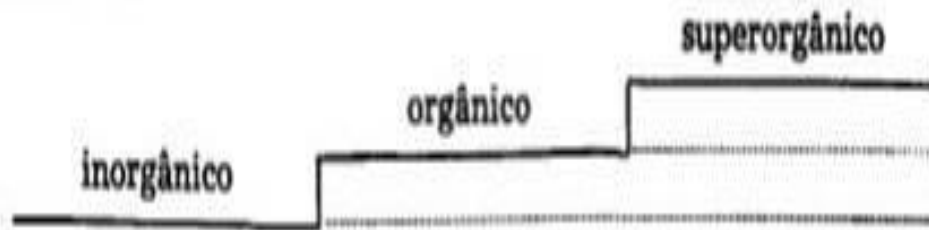
Relembramos que Aryon Rodrigues elencou três problemas de natureza da Linguística Pura que deveria ser abordado. Como linguística pura o autor define: “A Linguística Pura é propriamente a ciência da linguagem: a investigação destinada a adquirir e ampliar o conhecimento a respeito das línguas e da linguagem” (RODRIGUES, 1966).

É necessário destacar que o foco de nossas análises é relacionar os textos de Mattoso Câmara Jr, publicados na Revista Letras as das tarefas propostas para a Linguística Pura (propostas por Rodrigues), com base em tais critérios:

- Investigação das línguas indígenas;
- Investigação da Língua Portuguesa, de caráter descritivo;
- Investigação de línguas europeias e asiáticas;
- Compreensão sobre as línguas africanas.

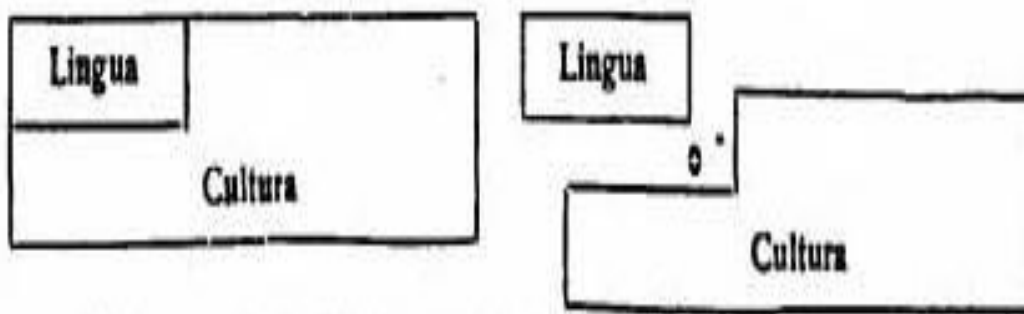
O primeiro artigo por nós selecionado e analisado é intitulado “*Língua e Cultura*”, resultado de uma Conferência para um Curso de aperfeiçoamento de Antropologia Cultural da Secção de Estudos do Serviço de proteção aos índios.

Figura 6- Aparecimento do nível superorgânico



Fonte: Artigo *Língua e Cultura*, 1955

Figura 7– A língua depende de toda a cultura, é uma parte dela, mas se conjuga dicotomicamente



Fonte: Artigo *Língua e cultura*, 1955

Mesmo que Mattoso Câmara não investigue diretamente as línguas indígenas em tal artigo, seu discurso remete às línguas indígenas, bem como remete, também, à língua portuguesa, assim como às línguas africanas, europeias e asiáticas.

Ao afirmar que “a língua depende de toda cultura para se expressar, sendo uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo” pensemos no processo de colonização, quando os portugueses e os missionários precisaram aprender a língua Tupinambá, que era a mais falada na Costa Atlântica, para poder estabelecer contato com os povos²⁴. Nesse caso, foi necessária uma língua geral,

²⁴ As línguas são o repositório de tradições e conhecimentos coletivos e individuais, bem como seu veículo nos processos de transmissão de uma geração para outra. A extraordinária diversidade cultural e linguística ainda existente no Brasil, especialmente na Amazônia, está ameaçada e sua documentação exige um esforço imediato e coletivo. Hoje, se calcula que o número de línguas

para que houvesse comunicação, pois, os portugueses não conheciam a cultura do povo indígena e vice-versa.

Além disso, o princípio estruturalista de uma teoria linguística no plano universal, com princípios aplicáveis a qualquer língua, se faz presente em todo discurso deste artigo.

Tabela 2- Recorte do artigo Língua e Cultura

Artigo	
Língua e cultura 1955	A língua só existe justamente para esse fim; não tem finalidade em si mesma. A sua função é expressar a cultura para permitir a comunicação social.

Fonte: Elabora pela autora

O mesmo acontece tanto com a língua portuguesa, quanto com as línguas europeias, as asiáticas e as africanas. De fato, nesse artigo, Mattoso Câmara fala sobre a língua em si, sem investigar, de fato, uma língua em específico. Quando o autor considera que a língua “é uma parte da cultura que se destaca do todo” é porque, justamente, podemos investigar uma língua fonologicamente ou morfologicamente sem ter conhecimento total sobre a cultura que a engloba, todavia, essa língua somente existe a partir da cultura.

Para exemplificar essa relação da língua com a cultura, pensemos sobre o caso de povos indígenas que foram dizimados e que não tinham um processo de escrita, ou seja, eram ágrafos. Se não há povo que fale a língua, se não há nenhum registro escrito, conseqüentemente a língua morre junto de seu povo.

Diferentemente do primeiro artigo por nós analisado, no segundo artigo selecionado, “*Classificação das línguas indígenas do Brasil*”, Mattoso Câmara discute o tema que Aron Rodrigues propõe como a primeira tarefa para a Linguística Pura: a investigação das línguas indígenas. Neste artigo, Mattoso Câmara inicia o texto discutindo quais são as classificações existentes até o

momento para explicar que a mais utilizada é a genética. A partir daí, apresenta outros critérios de classificação.

O artigo de Mattoso Câmara foi publicado em 1959 e as Tarefas da Linguística no Brasil em 1966, o que evidencia que mesmo que já existissem, em 1959, classificações sobre as línguas indígenas, elas estavam desaparecendo em um ritmo desenfreado, como destaca Aryon Rodrigues :

As populações indígenas estão se extinguindo: ou desaparecem biologicamente — os indivíduos se exterminam por fatores de várias naturezas — ou desaparecem como comunidades distintas da grande comunidade brasileira de cultura e língua basicamente européias. Já desapareceram no Brasil muitas línguas, agora totalmente irrecuperáveis para a ciência. É muito difícil avaliar, hoje em dia, quantas línguas se teriam falado no Brasil há 400 anos, na época do descobrimento do país pelos europeus. Mas a quantidade de línguas que subsistem ainda hoje, embora sendo somente uma parte do que já se falou, é ainda um número considerável — cento e tantas. Todas elas, entretanto, estão ameaçadas de desaparecer dentro de muito poucos anos. É possível que, daqui a 20 anos, já não se possa mais investigar sequer a metade das línguas presentemente faladas por índios no interior do país. A investigação dessas línguas é uma das tarefas primeiras para quem se quer dedicar à lingüística desinteressada no Brasil (RODRIGUES, 1966, p.5).

No artigo “Classificação das Línguas indígenas”, Mattoso Câmara inicia o texto discutindo sobre o quadro geral das línguas indígenas sul-americanas e a classificação existente até o momento. Em um segundo momento, o autor discute a classificação genética que consiste na comparação gramatical das línguas. Aryon Rodrigues propõe em seu artigo dois aspectos para estudar as línguas indígenas: o primeiro é a partir do estudo sincrônico e o segundo parte da comparação para traçar algo da história da língua. Mattoso Câmara apresenta esses dois aspectos em seu discurso, parte do geral, o estudo sincrônico, para a classificação genética, a comparação.

Nesse artigo, também é possível refletir que mesmo não estando consciente em relação a ideologia que o interpela, a filiação teórica do linguista está presente no texto.

Tabela 3- Classificação das línguas indígenas segundo Mattoso Câmara:

ARTIGO	
Classificação das línguas indígenas	<ul style="list-style-type: none"> • As classificações existentes • A classificação genética • Outros critérios de classificação • As classificações tipológicas • As classificações dos subgrupos

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 8- Pesquisas nas Línguas Indígenas

Com efeito, a pesquisa nas línguas indígenas sul-americanas tem sido conduzida, quase exclusivamente, nas velhas e obsoletas linhas de Adelung e Hervás, que no século XVIII se voltaram para a coleta lingüística objetiva, mas ainda sem um corpo de doutrina específica para se orientarem. Trata-se de meros levantamentos de vocabulários de algum interesse etnográfico e onde, em regra, a grande atenção foi dada ao valor geral semântico dos itens e não à forma lingüística, quer do ponto de vista fonético, quer do ponto de vista gramatical. Aquilo que caracteriza realmente uma língua — o quadro de fonemas, os traços prosódicos, os tipos de morfemas, a sua estruturação nos vocábulos e a dêstes na frase — só indireta, confusa, fragmentária e não raro inseguramente se deixa depreender dessas listas lexicais.

Fonte: Artigo *Língua e cultura*, 1955

No artigo publicado em 1960, dois anos após a aprovação da Nomenclatura Gramatical Brasileira²⁵, Mattoso Câmara inicia seu texto destacando que foi

²⁵ Elaborado pela Comissão designada na Portaria Ministerial número 152/57, constituída pelos Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, e assessorada pelos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia.

Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=ngbras>

convidado pelo Diretório Acadêmico para discutir sobre a Nova Nomenclatura. Representando os alunos, destaca que não foi convidado para participar da Comissão Elaboradora nem da Comissão Revisora.

Como já mencionado anteriormente, Mattoso Câmara nunca chegou à posição de professor catedrático na Universidade e muitos autores reconhecem que o pioneiro da Linguística no Brasil não teve o reconhecimento necessário.

Figura 9- Esclarecimento de Mattoso Câmara sobre os comentários da NGB

O Diretório Acadêmico da Faculdade Católica de Filosofia de Petrópolis quis que abrisse eu a série de aulas programadas para comentar a nova Nomenclatura Gramatical Brasileira. Devo ressaltar de início que, não tendo participado da Comissão Elaboradora, nem da Sub-Comissão Revisora, é possível que nem sempre tenha eu penetrado na verdadeira intenção das medidas

Fonte: Artigo *Nomenclatura Gramatical*, 1960

Nenhum discurso é neutro e o sujeito é sempre interpelado pela ideologia, desse modo, no trecho destacado acima, fica expressa a falta de reconhecimento por parte de seus colegas, mas, por outro lado, fica evidente o reconhecimento por parte dos seus alunos.

Com relação à posição de Mattoso Câmara sobre os gramáticos da época, ela não é positiva, como já destacamos anteriormente, mas na figura 10 fica evidente que o livre arbítrio resultava em uma produção desenfreada de gramáticas no século XX, cada qual com um sistema. Nesse sentido, a Nova Nomenclatura Gramatical é criada com objetivo de combater isso. Como podemos ver no recorte abaixo:

Figura 10- Opinião de Mattoso Câmara sobre a NGB

Da minha parte, tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No séc. XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. A Alemanha é a terra da Filosofia; no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua.

Fonte: Artigo *Nomenclatura Gramatical*, 1960

O verbo combater, segundo o dicionário *Aurélio* significa: “1 - Entrar em combate contra; 2 - Bater. 3 - Impugnar, lutar contra. 4 - Tratar de dominar”. Ao fazer uso desse verbo em seu texto, podemos refletir que Mattoso Câmara estava significando a Nomenclatura Gramatical como uma tentativa de domínio, uma padronização dos critérios perante a consequência do livre arbítrio.

Figura 11- Atitude construtiva sobre a NGB

Prefiro, pois, a atitude mais construtiva de salientar alguns pontos em que a N.G.B. merece a nossa gratidão pela salutar decisão que adotou. Quero assim colaborar, na medida de minhas forças, para o triunfo definitivo de idéias que ainda encontram incompreensão e uma resistência que vem da rotina.

Fonte: Artigo *Nomenclatura Gramatical*, 1960.

Resistência, segundo o dicionário *Aurélio*, trata de “1- “Força por meio da qual um corpo reage contra a ação de outro corpo. 2 - Defesa contra o ataque. 3 - Oposição. 4 - Delito que comete aquele que não obedece à intimação da autoridade.”

Incompreensão segundo o dicionário *Aurélio*: “1- “falta de compreensão; 2- incapacidade para compreender, para perceber o significado de algo”. Resistência está interligada a incompreensão que nos remete a combater.

Compreendemos que, nesse ponto, Mattoso Câmara deixa de lado a posição de crítico e se propõe de maneira construtiva apontar alguns benefícios com a instauração da NGB.

No artigo “*As ideias gramaticais de João Ribeiro*”, Mattoso Câmara não investiga a língua portuguesa a partir de uma perspectiva descritiva, mas divulga as ideias de um dos seus antecessores, propondo um horizonte de retrospectão ao passado para se projetar um futuro em relação aos estudos linguísticos do Brasil. Além de estar otimista, como já observamos anteriormente nesse trabalho, Mattoso Câmara acreditava que deveria ser realizado um exame sistemático, de forma crítica e interpretativa sobre as ideias dos autores relevantes do passado. Um destes, é João Ribeiro.

Figura 12- Importância sobre os gramáticos do passado

Em primeiro lugar, creio ser da mais alta importância nas nossas condições atuais um exame sistemático, de ordem crítica e interpretativa, sobre as ideias dos nossos mais relevantes gramáticos do passado. Os estudos linguísticos se acham no Brasil numa encruzilhada, prontos para tomar um caminho novo, e vários trabalhos que estão surgindo fazem-nos muito esperar do futuro. Já estão se esboçando soluções justas para problemas teóricos que vêm sendo uma fonte de perplexidades, implícitas, na posição doutrinária de muitos de nossos estudiosos mais esclarecidos: o conceito da correção em face do *devenir* perene da língua; o conflito entre a verdade histórica e o valor atual das formas; o ideal da língua “pura” em ingloria defensiva ante um empréstimo que é constante, inevitável e até necessário do ponto de vista da eficiência social da língua. Ao mesmo tempo, aperfeiçoa-se o método da interpretação e exposição gramatical, já bem mais desvencilhada da preocupação logicista, tanto quanto do psicologismo, que se lhe sucedeu. Ora, num momento desses é que se faz particularmente importante uma tomada de consciência em relação aos nossos antecessores. Impõe-se um balanço do que eles pensaram, onde erraram ou ao contrário se aproximaram da verdade, quando viram certo e claramente o disseram, ou, pelo menos, o deixaram entrever numa formulação vaga ou insuficiente embora. Só assim se conseguirá engrenar o pensamento atual com o passado, condição precíua para desenvolvermos uma ciência linguística bem plantada em nosso meio e sem maior solução de continuidade no tempo, o que é, por sua vez, imperativo para não cairmos num arremêdo do pensamento doutrinário estrangeiro, elaborado

Na figura a seguir, Mattoso Câmara explica o porquê de João Ribeiro ser pouco gramático:

Figura 13- Opinião sobre João Ribeiro

Ora, ao gramático tem de se exigir um mínimo de sistematização coerente, onde os princípios se enquadrem de maneira harmônica e rigorosa. E, se aceitarmos êsse ponto de partida, temos de reconhecer que João Ribeiro era pouco gramático, não por falta de perspicácia gramatical (que a tinha muito grande), mas por tendência mental de pesquisador curioso e assistemático. Repugnava-lhe o espírito geométrico, e foi por isso, provavelmente, que logo se entregou ao idealismo de Vossler, fonte dos livros seus que mais popularidade lhe deram e onde, com efeito, mais brilhou a sua agudeza e imaginação filológica, servida por uma cultura lingüística da mais sólida amplitude. *As Curiosidades Verbais*, *as Frases Feitas*, *A Língua Nacional*, *as Páginas de Estética*, e mesmo os *Estudos Filológicos*, quase que obra de estréia, aí estão para atestá-lo. A imaginação filológica, principalmente, que seu filho (e feliz herdeiro de tantas facetas do seu espírito), nosso ilustre colega de Academia, louva com razão na obra paterna, reponta a cada passo nesses livros em soluções muitas vêzes das mais felizes. Haja vista a explicação para a forma

Fonte: Artigo "As ideias gramaticais de João Ribeiro", 1961

No artigo "Os estudos de português no Brasil", a periodização é colocada como imprescindível, vejamos:

Figura 14- Periodização como imprescindível

Apesar das suas dificuldades e do seu mero valor aproximado, a periodização é imprescindível num relatório crítico-expositivo como o presente. Convém, entretanto, fazê-la da maneira mais geral e ampla possível, a fim de fugir de seccionamentos especiosos e arbitrários.

Fonte: Artigo "Os estudos de português no Brasil", 1969

É interessante a forma como Mattoso Câmara aborda a periodização dos estudos linguísticos no Brasil como importante para compreender os estudos do presente. O professor Aryon Rodrigues considerou como já discutimos anteriormente que as tarefas da Linguística no Brasil, podem ser divididas em duas esferas: a da Linguística Pura e a da Linguística Aplicada, tendo cada uma delas, tarefas específicas pertinentes e, em alguns casos, de caráter emergente. A Linguística Pura é definida como “propriamente a ciência da linguagem”, destinada a investigar, pesquisar e ampliar conhecimentos acerca da língua e da linguagem. Já a Linguística Aplicada, é “a aplicação daqueles conhecimentos à resolução de problemas práticos ou de problemas de outras ciências”. Aryon Rodrigues resume da seguinte forma:

Quem faz Linguística Pura faz linguística em si e por si, para descobrir como são as línguas, qual a natureza de cada idioma em particular, quais as características gerais das línguas e do fenômeno linguagem. Quem faz Linguística Aplicada faz uso desses conhecimentos em atividades práticas, como o ensino de línguas, a resolução de problemas de tradução automática ou alfabetização, a análise de estilos literários de documentos arcaicos, etc (RODRIGUES, 1966, p. 4 e 5).

Figura 15- Divisão dos estudos linguísticos

A divisão natural para a história crítica dos estudos linguísticos no Brasil é em duas épocas: uma, passada, cujo término se pode fixar sem maior inexatidão no fim da quarta década do nosso século; outra, presente, que está se desdobrando diante de nós.

Fonte: Artigo Classificação das línguas indígenas, 1969

Segundo o autor, a história dos estudos linguísticos pode ser dividida em duas épocas, a passada e outra presente, como podemos observar no quadro abaixo.

Tabela 4- Os estudos no presente e os estudos no passado por Mattoso Câmara:

ESTUDOS NO PASSADO	ESTUDOS NO PRESENTE
Norma da língua literária Teoria gramatical A pesquisa filológica Estudos fonéticos Os estudos dialetológicos	Língua popular e língua literária A unidade da língua O ensino da língua portuguesa no Brasil

Fonte: Elaborada pela autora

Dos cinco artigos analisados, dois estão diretamente relacionados às tarefas propostas por Aryon Rodrigues, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 5- Artigos relacionados com as tarefas propostas por Aryon Rodrigues

ARTIGOS QUE ESTÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM AS TAREFAS PROPOSTAS POR ARYON RODRIGUES:	TAREFAS PROPOSTAS POR ARYON	ANO ARTIGO	ANO TAREFA
Classificação das línguas indígenas	Investigação das línguas indígenas por especialistas.	1955	1966
Os estudos de Português no Brasil	Trabalho de natureza descritiva, um conhecimento da estrutura do português	1969	1966

Fonte: Elaborado pela autora

Ambos os artigos da tabela apresentam um trabalho de investigação de línguas, todavia, o primeiro se dedica à descrição e o segundo à divulgação de trabalhos de outros autores.

Da totalidade do *corpus* que tomamos para leitura e análise, são três os artigos que têm alguma relação (indireta) com as tarefas propostas por Aryon Rodrigues. Como podemos ver abaixo:

Tabela 6- Artigos indiretamente relacionados com as tarefas propostas por Aryon

ARTIGOS QUE ESTÃO INDIRETAMENTE RELACIONADOS COM AS TAREFAS PROPOSTAS POR ARYON RODRIGUES:	TAREFAS PROPOSTAS POR ARYON	ANO ARTIGO	ANO TAREFA
Língua e Cultura	Todas as tarefas	1955	1966
Nomenclatura Gramatical	Trabalho de natureza descritiva, um conhecimento da estrutura do português	1960	1966
As ideias gramaticais de João Ribeiro	Investigação da língua portuguesa	1961	1966

Fonte: Elaborado pela autora

Dos artigos considerados diretamente relacionados podemos citar: “*Classificação das línguas indígenas*” e “*Os estudos de Português no Brasil*”. No artigo “*Classificação das línguas indígenas*” é notório a importância que Mattoso Câmara reserva para as línguas indígenas, assim como Aryon Rodrigues. O artigo de Mattoso Câmara foi publicado em 1955 enquanto o artigo de Aryon Rodrigues foi publicado em 1966. É importante e necessário destacar esse fato, pois em 1955 Mattoso Câmara já tinha essa consciência sobre a importância das línguas indígenas. Já no artigo “*Os estudos de Português no Brasil*”, o autor apresenta uma periodização dos estudos linguísticos no Brasil, dividindo os estudos em duas épocas: o passado e o presente. Nesse sentido, Mattoso Câmara está em acordo com a tarefa proposta por Aryon Rodrigues sobre a investigação da língua portuguesa: trabalho de natureza descritiva, um conhecimento da estrutura do português. Para dividir os estudos do português em duas épocas, é necessário um grande conhecimento sobre a estrutura da língua portuguesa.

Dos artigos indiretamente relacionados com as tarefas propostas destaco: *Língua e Cultura, Nomenclatura Gramatical e As ideias gramaticais de João Ribeiro*. A seguir esclareço porque defini estes artigos como indiretamente relacionados com as tarefas.

No artigo *Língua e Cultura*, podemos considerar que Mattoso Câmara indiretamente está em consenso indiretamente com todas as tarefas elencadas por Aryon Rodrigues, pois ao falar de língua, de maneira geral, ele está contemplando as línguas indígenas, a língua portuguesa, as línguas europeias e asiáticas como também as línguas africanas.

Em nomenclatura gramatical, Mattoso Câmara não descreve a estrutura do português, mas discute essa iniciativa do Estado que tinha como objetivo estabelecer uma terminologia única para as gramáticas. Desse modo, indiretamente, o autor está de acordo com a tarefa elencada sobre a língua portuguesa.

No artigo “*As ideias gramaticais de João Ribeiro*”, Mattoso Câmara não investiga a língua portuguesa a partir de uma perspectiva descritiva, mas divulga as ideias de um dos seus antecessores, propondo um horizonte de retrospectão ao passado para se projetar um futuro em relação aos estudos linguísticos do Brasil.

Além de mostrar otimista durante o texto sobre os estudos futuros, Mattoso Câmara acreditava que deveria ser realizado um exame sistemático, de forma crítica

e interpretativa sobre as ideias dos autores relevantes do passado. Um destes, é João Ribeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nosso estudo considerou a constituição do saber linguístico como um processo histórico, sendo que esta constituição, segundo Pfeiffer (2007), acontece em espaços particulares, como uma Instituição que se configura por diferentes textualidades.

Textualidades que fazem parte do funcionamento da Instituição, tomada como um espaço que produz a um só tempo unidade e legitimidade. Mais ainda, a Instituição tem uma forma própria que é a da escrita e do saber. O processo de institucionalização toca, pois, o espaço político social (PFEIFFER, 2007, p. 1).

Nesse sentido, a Instituição de análise neste trabalho, ou melhor, as condições de produção dos artigos analisados, foi a Universidade do Paraná que publicou os textos de Joaquim Matoso Câmara Jr. e a textualidade que contribuiu para a constituição do saber linguístico são os próprios artigos publicados pelo autor na revista.

O presente estudo mobilizou alguns conceitos a partir da perspectiva da História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso, de linha francesa. Um dos conceitos centrais para o trabalho foi o processo de constituição da autoria, assim como o de interpretação, atrelado à noção de que o sujeito é sempre interpelado pelo inconsciente e pela ideologia. Partindo desse princípio, a figura central do trabalho, ou melhor, o sujeito interpelado pelo inconsciente é Joaquim Mattoso Câmara Jr. O discurso que se constitui nos artigos é uma prática ideológica, controlada por uma ideologia dominante.

Como analistas do discurso, coube a nós, na análise dos artigos, refletir sobre o processo de autoria empreendido pela prática desse sujeito e interpretar, a partir das condições de produção, o trajeto pelo qual conhecimento linguístico estava se desenvolvendo em uma época inicial para os estudos linguísticos no Brasil.

A partir disso, apresentamos duas considerações:

- A primeira delas trata de compreender a revista Letras da Universidade do Paraná como uma textualidade que contribuiu para a produção e para a

divulgação do conhecimento linguístico no momento inicial da Linguística em nosso país.

- A segunda foi o entendimento do sujeito Joaquim Mattoso Câmara como uma figura de excelência em sua área de atuação.

Com relação à primeira consideração, estamos em consonância com Scherer e Petri (2015), compreendendo a constituição das revistas científico-acadêmicas como um instrumento fundamental para o político na divulgação e na circulação do conhecimento, pois é a partir das revistas que se depende toda uma ordem institucional do que pode e deve ser dito, do que pode e deve ser pesquisado.

Nosso entendimento está alicerçado no pressuposto de que refletir sobre a circulação do conhecimento sobre a língua(gem) — considerando que a língua cria a relação, e a linguagem cria a diferença, uma e outra sempre interdependentes—, através de instrumentos que lhe são próprios, é uma forma de se refletir sobre o que é dar às pessoas o acesso ao conhecimento, na sociedade em O saber linguístico: um olhar sobre a formação docente no curso de pedagogia da UFSM 168 Linguagem & Ensino, Pelotas, v.20, n.2, p. 149-169, jul./dez. 2017 geral, e como elas tomam tais instrumentos para si e constituem um saber sobre ela (SCHERER, 2012; SCHERER, PETRI, MARTINS, 2013, p.22).

No que se refere à segunda consideração, a análise dos artigos evidenciou Joaquim Mattoso Câmara como um sujeito ideológico, filiado ao estruturalismo e com extrema importância no período de institucionalização e legitimação da disciplina linguística.

Segundo Uchoa (2004) Mattoso Câmara foi o primeiro a descrever a língua a partir de um referencial estruturalista. Uma figura de excelência que circulou na escrita por diversos temas como o das línguas indígenas, a fonologia, morfologia

Com base nos artigos analisados foi possível inferir então, Mattoso Câmara como uma figura de excelência que escreveu seus artigos circulando por diversos temas como o das línguas indígenas, a fonologia, morfologia e com uma grande importância ao divulgar o estruturalismo.

Como já destacamos anteriormente, apesar de ser um exímio pesquisador/ professor e ter uma produção acadêmica rica e diversa, Mattoso Câmara nunca chegou ao título de professor catedrático, tampouco era convidado para participar das reuniões de departamento da Universidade que trabalhava, como discute Uchôa:

apesar de sua correção como professor, sempre exaltada pelos seus alunos, apesar de, em pouco tempo, ter defendido teses pioneiras no doutoramento e na livre-docência, apesar do muito expressivo número de publicações com que, a cada passo, enriquecia a sua produção acadêmica, apesar de ser um nome que se projetava, crescentemente, no cenário internacional, Mattoso Câmara nunca conseguiu que a Linguística se tornasse uma cátedra (morreu como professor adjunto), não participando, pois, da Congregação, sequer das reuniões departamentais (UCHÔA, p. 17, 2004).

Eduardo Portela, diretor da Faculdade de Letras do Rio de Janeiro, em 1970 descreve o porquê da falta de reconhecimento pela Instituição Universitária que Mattoso Câmara trabalhava:

Suas aberturas teóricas e metodológicas colheram a universidade brasileira- sempre retardatária ou inerte- de surpresa. Se o surto provocado pelo novo ideário conseguiu abalar a sonolência reinante, a lição inovadora não encontrou a acolhida correspondente. O estudo das linguagens era uma contradança tranquila que reunia de um lado a Gramática sobrevivente, e sempre prestigiada, e do outro lado a Filologia, gloriosa e fáustica, alçada ostensivamente à condição de carro-chefe das 'ciências do espírito'. A instituição universitária, que patrocinava essa estranha contradança, foi para Mattoso Câmara a república do silêncio. Mas a sua lição se impôs e sua lição expandiu-se (PORTELA, p.71, 1975).

A instituição universitária era retardatária, ou inerte de surpresa, o que evidencia toda a dificuldade do linguista durante o período inicial da Linguística no Brasil. Entretanto, suas lições (suas vastas produções acadêmicas) foram maiores que a falta de reconhecimento daquele tempo e venceram de certa forma a resistência do passado, no futuro, pois Mattoso Câmara até os dias atuais, faz parte de muitos programas curriculares dos Cursos de Letras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970 e 1980.

ALTMAN, C. A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988). São Paulo: Humanitas, 1998. (Ed. revista e ampliada da tese de doutorado Unificação e diversificação da linguística. **Pesquisa documental de produção linguística brasileira contemporânea (1968-1988)**. São Paulo: FFLCH-USP/ Katholieke Universiteit Leuven, 1993. 1a. ed. Munique: Lincom Europa, 1995; 3a.ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

BALDINI, L. J. S. **Considerações sobre a vida e a obra de Mattoso Câmara Jr**; 2005.

_____. Um linguista na terra da gramática. 2005. **Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**. Instituto de Estudos da Linguagem.

CÂMARA, Jr., J.M. **A Linguística brasileira**. In: Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil. NARO, A. J. (org.). Trad. M. C. D. Bordenave e L. M. P. Lobato. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

_____. **Princípios de Linguística geral**. 4º ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

_____. As ideias gramaticais de João Ribeiro. **Revista Letras**. Paraná, v. 17, 1969.

_____. Língua e cultura. **Revista Letras**. Paraná, v. 4, 1955.

_____. Classificação das línguas indígenas do Brasil. **Revista Letras**. Paraná, v. 10, 1959.

_____. Nomenclatura gramatical. **Revista Letras**. Paraná, v. 11, 1960.

_____. O estruturalismo. **Revista Alfa**. São Paulo, v. 11, 1967.

_____. Os estudos do português no Brasil. **Revista Letras**. Paraná, v. 17, 1969.

CUNHA, A. **Para compreender Mattoso Câmara**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CUNHA, L. A. A universidade temporã: **o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

FERREIRA, A. C. F. **A Linguística entre os nomes da linguagem – uma reflexão na História das Ideias Linguísticas no Brasil** / Ana Cláudia Fernandes Ferreira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009.

GRANNIER, D.M. A criação do espaço institucional da linguística e dos estudos das línguas indígenas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, 30 especial, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v30nspe/0102-4450-delta-30-spe-0479.pdf>.

GUIMARÃES, E. Metodologia: História do saber e instituições. In: **História da Semântica: Sujeito, sentido e gramática**. Campinas, SP; Pontes, 2004.

_____. Política Científica e Produção de Conhecimento no Brasil (uma aliança tecnológica). In: _____ **Produção e Circulação do Conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

_____. **Sinopse dos estudos do português**. Relatos, 1996.

ILARI, R. O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs) **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. v.3.

LAGAZZI, R. S. O Político na Linguística: Processos de representação, legitimação e institucionalização. In: Eni P. Orlandi. (Org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007, p. 11-18.

_____. A língua portuguesa no processo de institucionalização da linguística. In: GUIMARÃES, E. e ORLANDI, Eni P. (Orgs). **Institucionalização dos estudos da linguagem. A disciplinarização das idéias linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

LEITE, Yonne. Joaquim Mattoso Câmara Jr: um inovador. **DELTA**, São Paulo, v. 20, n. spe, p. 9-31, 2004.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502004000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Dec. 2018.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

____ & ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. (Org.) **Formação de um espaço de produção linguística: A Gramática no Brasil** In: **História das Ideias Linguísticas, construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. MT: UNEMAT Editora, 2001.

_____. **Ir ao congresso: fazer a história das ideias linguísticas?** In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas, SP: Pontes & Capes, 2002.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5º ed, Campinas, S: Pontes Editores, 2004 e 2007.

NUNES, J, H. **Leitura de arquivo: historicidade e compreensão**. In: FERREIRA, M. C., INDURSKY, F. (Orgs). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Clara Luz, 2007.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul./dez. 2008.

_____. **Dicionário de Linguística e gramática: referente à língua portuguesa**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

PAIM, Z. M. V. O texto de apresentação nas revistas acadêmicas: da singularização a inscrição no lugar de uma falta. **Revista Interfaces** , v. 6, p. -88100, 2015.

PORTELA, E. Universo da linguagem em Mattoso Câmara. In: **7º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura**. Rio de Janeiro: Novacultura, 1975, p. 71.

PÊCHEUX. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

PFEIFFER, C.A; ABRALIN, C. A linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. **Uma questão de política linguística. Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

RESCH, M; MUNEKATA, L; MARTINS, T. O trabalho de Joaquim Mattoso Câmara Jr. na legitimação da Linguística no Brasil. **Revista Expressão**, Santa Maria, ano 21, nº 1, 2017.

RODRIGUES, A D. 1966. **Tarefas da linguística no Brasil. Estudos Linguísticos (Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada)**, vol. 1, n. 1, p. 4-15. [Permalink:http://biblio.etnolingustica.org/rodrigues_1966_tarefas].

SCHERER, A. E. A História e a memória na constituição do discurso da Linguística Aplicada no Brasil. In: Maria José Coracini; Ernesto Sergio Bertoldo. *Organon*, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 15-39, jul/dez. 2015. Amanda Eloína Scherer e Verli Petri 39 (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática: discurso sobre/na sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, v., p. 061-084.

_____; PETRI, V.; MARTINS, T. S. Na análise de discurso, “a paisagem é realmente acidentada”, ou reflexões acerca de seu processo de disciplinarização no sul do Brasil. In: **Signo y Señá**, nº 24, Facultad de Filosofía y Letras (UBA), p.21-34, diciembre de 2013. Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/issue/view/6/showToc>.

SCOTTA, L. O Estruturalismo na década de 50: a ascensão do paradigma. **Revista Ideias**, edição especial I, 2005.

SCHNEIDERS, C. M.. **A circulação do conhecimento linguístico na Revista Brasileira de Filologia. Fórum Linguístico**, v. 14, p. 2756-2770, 2017.

STUMPF, I. R. C. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Ibict: Brasília-DF, v. 25, n. 3, 1996.

_____. **Revistas universitárias brasileiras: barreiras na sua produção. Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 45-57, jan./abr.,1997.

UCHOA, C. E. F. **Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil**. DELTA [online]. 2004, vol.20, n.spe, pp.1-8. ISSN 0102-4450. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502004000300003>.

_____. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000 e 2004.

VASCONCELOS, J. Leite de. **Lições de Filologia Portuguesa**. 3ª ed., comemorativa do centenário do nascimento do autor. Enriquecida com notas do autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959. (A edição de 1926 é a 2ª e saiu pela Biblioteca Nacional de Lisboa).